

Campus

Jornal-Laboratório do
Departamento de Comunicação da UnB

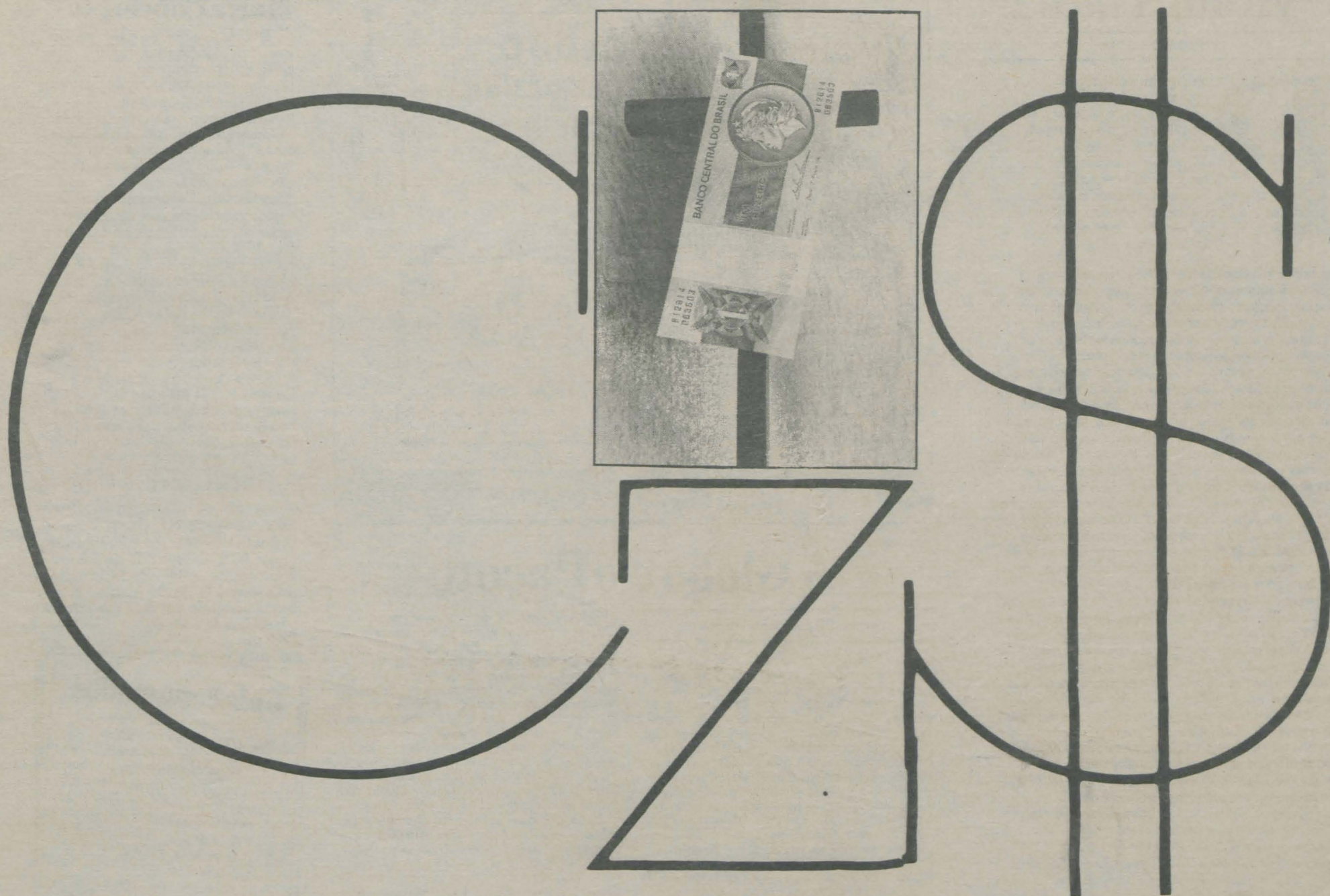
nº 89
2ª quinzena de Março de 1986

378.4 (817.4) (05)

10261400

DOM PAULO

O olho da Igreja
fiscaliza o
pacote e a
injustiça
Págs.
6 e 7



Afinal, foi um pacote ou um embrulho?

pacote econômico decretado pelo Governo Sarney foi transformado pelos meios de comunicação numa espécie de unanimidade nacional. Nesta edição, o **Campus** apresenta uma análise crítica do papel desempenhado pela televisão e grandes jornais na aceitação popular do pacote, bem como as repercussões das medidas econômicas na comunidade universitária e junto a famílias da Vila União, no Guará II, do Plano Piloto e Lago Sul.

As marionetes viram a mesa

VINÍCIUS DORIA

Para quem esperava ser este ano da letra C, ou explicando melhor, o ano da crise, do carnaval, do cometa, Copa do Mundo e Constituinte, certamente terá que crescer a esta lista uma outra palavra: o cruzado. A partir de agora, este nome pouco vulgar passará

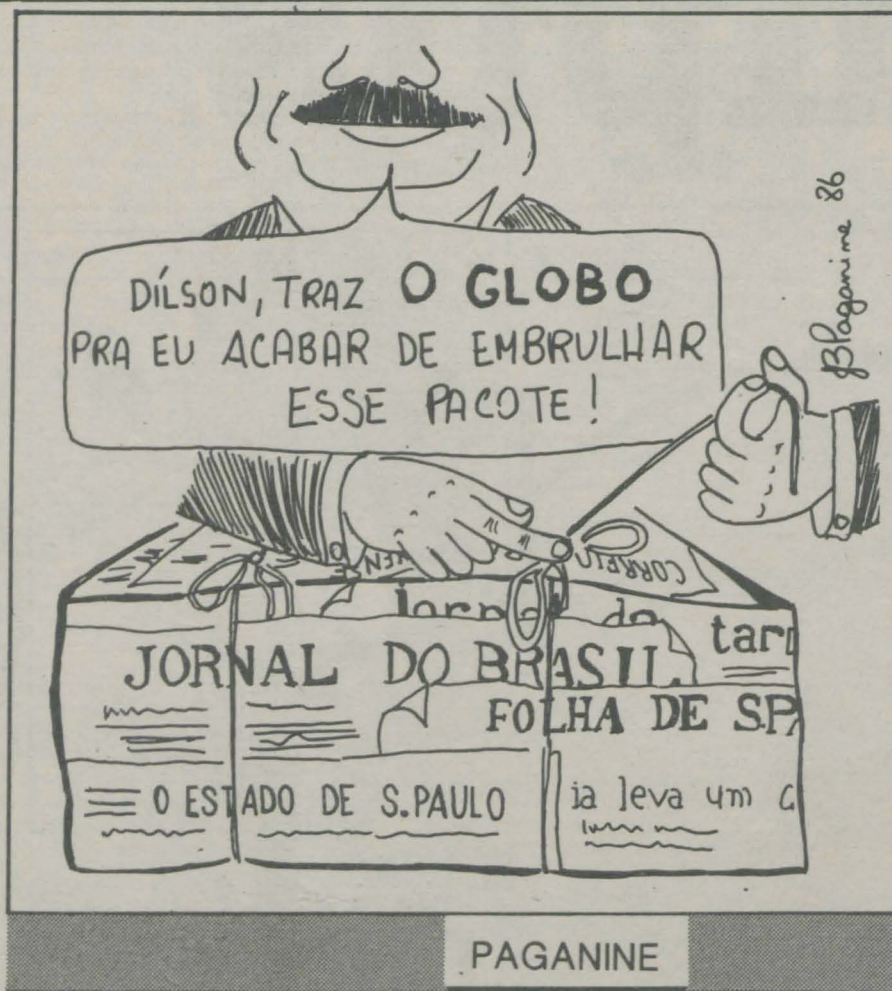
a substituir o cansado cruzeiro e reabilitará as nossas velhas máquinas de calcular que já não comportavam mais fazer contas com tantos dígitos. Em compensação, esperamos banir de nossas conversas de botequim palavras como inflação galopante, correção monetária ou reajustes trimestrais. Com isso, recuperamos o saudável hábito de fazer poupança debaixo do colchão, como faziam nossos avós, sem o medo da desvalorização, já que se espera que um cruzado valha até o ano que vem realmente um cruzado.

Tais medidas se faziam necessárias. Depois de se ver às voltas com uma inflação que aumentava a cada dia, fugindo do controle do Governo e que ameaçava chegar ao final do ano girando em torno de 500%, as soluções para o País começavam a ficar cada vez mais escassas. O pacote de dezembro havia sido inútil, fracassado apesar do alerta de toda a oposição quanto a sua real eficiência. O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, antes chamado de superministro, via esvair-se de suas mãos o controle da economia nacional, entregue a um verdadeiro exército de especuladores, a uma dívida externa que ostentava o título de maior do mundo, e tendo que administrar um fabuloso déficit público que ameaçava perigosamente os rumos da economia brasileira. No Brasil, o que mais dava dinheiro era não trabalhar e sim jogar com o próprio dinheiro.

Sob o aspecto político, o que se tinha era um presidente sem apoio popular, sem apoio no Congresso e tendo que administrar uma crise dentro de seu próprio Partido, rachado principalmente depois da reforma ministerial. O PMDB atravessava um momento delicado vendo o seu espaço diminuído em favor do PFL, e convivendo com uma forte oposição ao Governo dentro do Partido, liderada pelos segmentos ditos progressistas. Além disso, a Aliança Democrática existia apenas formalmente, já que na prática, a briga pelo poder se alastrava por todos os seus setores. Era sintomático, portanto, o crescimento dos partidos de esquerda que se opunham ao Governo, como o PT e o PDT de Brizola. E todos sabiam, Sarney principalmente, que em um ano de eleições isso era muito perigoso para os interesses da Aliança. Ai saiu o pacote.

Agora o presidente José Sarney deve estar rindo à toa. O plano foi bem aceito pela população, apoiado pelos militares e empresários e pacificou a classe política. Bobardeou lideranças como Brizola, CUT e todas as outras que se opunham ao Governo. Além disso, o presidente e sua equipe estão conseguindo administrar com habilidade todas as críticas ao pacote econômico. Funaro conseguiu provar até que a mais elementar das somas, o dois mais dois, dava cinco como resultado. Explica-se: o Ministro disse que as medidas dariam ao trabalhador um ganho real de salário, o que não se confirmou. Pelo contrário, as perdas são irreversíveis, a não ser que se altere substancialmente o Decreto. As mudanças para congelar os juros bancários, que continuam liberados apesar de o País estar congelado. Faltou coragem para aplicar o mesmo critério de congelamento aos preços e salários. Dois pesos e duas medidas foram usados quando se congelaram os preços pelo pico e os salários pela média. Faltou coragem para o País assumir uma posição mais forte em relação ao FMI e à negociação da dívida externa.

Mas a população deu seu aval. São milhões de brasileiros que estão trabalhando de graça para o Governo acreditando no sucesso das medidas. E como este é o País do Futebol, só nos resta torcer. Pra frente Brasil... ou não?



A Globo e o Pacote

ANDRÉA CERQUEIRA

A TV Globo, tradicional defensora da livre concorrência, vem tentando agora vender uma imagem do pacote econômico do governo Sarney como se este fosse a salvação nacional. A emissora tem investido sistematicamente na propaganda do "sucesso" do controle e congelamento dos preços, mostrando donas-de-casa vitoriosas que conseguem arrancar algumas migalhas de multa dos grandes supermercados. Por que essa mudança de posição da emissora do Sr. Roberto Marinho, que agora tornou-se baluarte de defesa do pacote, mesmo sabendo que este contém algumas medidas que podem vir a estimular a conclusão anticapitalista por parte da população, como é o caso da intervenção do Estado no congelamento dos preços e na eliminação da correção monetária?

Em primeiro lugar, e preciso ver que esta verdadeira avalanche de apoio total ao pacote, patrocinada pela emissora global não é gratuita. É uma continuidade de sua política anterior de atacar a inflação, como se esta fosse a "razão de todos os males" sem, no entanto, desvendar suas causas básicas que estão intimamente ligadas ao modelo econômico dependente do capital industrial e financeiro internacional. Com a defesa agora do pacote, a Globo também está cumprindo um papel semelhante ao que cumpriu na época dos governos militares, em especial do General Médici, quando sua programação era assunto de segurança nacional. Como na década de 70, a emissora também agora é considerada peça-chave na estratégia do governo de contenção da crescente insatisfação popular, já que nem a Copa do Mundo e a Constituinte conseguiriam conter a in-

satisfação gerada por uma inflação que poderia chegar aos (500%) anuais. A propaganda global tem sido mais direcionada para o congelamento dos preços. Esta utiliza do exemplo da Argentina, com reportagens que mostram a população satisfeita com o Plano Austral; e técnicos afirmando que, apesar da recessão, conseguiu-se reduzir a inflação. Não mostra no entanto, que os trabalhadores argentinos já estão indo para a sua segunda greve geral contra o FMI. No Brasil, como a própria Globo tem mostrado, apesar das diferenças entre as duas economias, já começa a haver problemas com o congelamento, uma vez que o governo tabelou os preços no varejo, mas não no atacado! — Por que então a emissora não dá voz a propostas como a do secretário-geral da CUT, Paulo Renato Paim, de que o controle dos preços seja feito no momento da produção, por comissões de fábricas, formadas pelos trabalhadores? A Globo não tem dado espaço para os que afirmam que é impossível controlar preços numa economia capitalista subdesenvolvida, já que são os grandes monopólios, as multinacionais dos alimentos que ditam as regras, sem respeitarem as leis nacionais, ao contrário do que acontece, por exemplo, nos chamados países socialistas (URSS, RDA, Cuba, etc.).

A defesa que a emissora faz do pacote se deve essencialmente ao fato de que este, em última instância, tem o objetivo de ajustar a economia, zerando a inflação, para o País continuar pagando a dívida externa. Ou seja, com a defesa do pacote, a GLOBO faz jus aos grupos alheios aos interesses nacionais que representa e que estão diretamente vinculados aos grandes manipuladores do FMI, que são os monopólios norte-americanos.

MURO

Je Vous Salue, Marie Conceição

Diante do sucesso das recentes medidas econômicas, alguns cineastas já começam a se movimentar para levar às telas essa incrível estória, que vem magnetizando brasileiros de todas as idades. O nome do filme estaria entre "Todos os Homens do Pacotão" ou "Esses Incríveis Economistas Desindexadores e suas Mulheres Maravilhosas" (título este inspirado por sensível reportagem publicada no *Jornal do Brasil*). No elenco, apenas dois nomes estão certos: no papel do jovem e genial economista, Pêrsio Arida, vai aparecer o festejado ator Marco Nanini. No papel da economista Maria da Conceição Tavares, estreia na tela, depois de uma sensacional e comovente estreia no vídeo a própria Maria da Conceição Tavares (do nosso correspondente na Rede Globo de Intrigas, Ferreiro Nato, que não é parente do Amoral).

Outra estrela sobe

Agora, a constelação do PT tem uma nova estrela: Irma Passoni, deputada federal por São Paulo, foi eleita líder do partido na Câmara. Uma importante vitória feminina, pois somente Ivete Vargas (PTB) havia ocupado um cargo de liderança. (Lilian Fonseca)

Gols congelados

Não vou, não vou, não vou! Após esta reação inicial, o técnico da Seleção Brasileira, Telê Santana, acabou concordando em realizar dois jogos amistosos na Europa. Os resultados todos já sabem, 2 X 0 para a Alemanha e 3 X 0 para a Hungria. Nós, simples torcedores, só esperamos que os gols da Seleção não tenham sido congelados indefinidamente, como os preços. Será que o Funaro explica? (Fernando de Freitas)

O Óbvio Ululante

A reforma monetária tornou pleonásticas algumas das expressões brasileiras mais comuns. A partir de agora, todo mundo só faz cheque cruzado e só come comida congelada. De resto, só nos cabe esperar que seja como no antigo anúncio da Cruzeiro (Cruzado) do Sul: "A bordo, tudo azul". (Rudolfo Lago)

Campus

Jornal - Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB
Professores Responsáveis: Murilo Cesar Ramos, José Salomão David Amorim, Helio Doyle, Maria Rita Leal (arte), Luiz Humberto Martins Pereira e Luiza Venturelli (fotografia).
Editor Geral: Marluce Paulista Brauna
Secretária de Redação: Adélia Barroso Fernandes
Chefe de Reportagem: Cid Queiroz

Editores: Marluce Paulista Brauna, Ida Pietricovsky de Oliveira, Andrea Chagas Cerqueira, Adelia Barroso Fernandes, Ana Paula Macedo, Heloisa Helena Fernandes, Clautenis Delene, Fabio Henrique C. Guimarães, Rudolfo Lago, S. Shirlene Costa, Marta Faria Andrade, Fabricio Marques, Ivan Brscan, Vinicius Doria, Juarez Libaino, M. Lucia Sigmaringa Seixas, Amneres Pereira, Alessandro Galvão, Cid Queiroz, Nevinho Alarcão, M. Aparecida de Oliveira, M. Cândia Benevides, Nara Ferreira, Sandra Machado, João Batista Paganine, Denise Rotemburgo de Sa.

Reportagem: Fernando de Freitas, Greice Angelotti Neves, Jorge E. Lage, Claudio Marcelo Tourinho, Guilherme Solino Evelim, Paulo Alberto Fortes, Lilian Fonseca, Ana Tereza Schimer, João Anderson de Jesus, Claudia Moema, Sabrina Costa, Jorge Luis Vianna, Ana Paula Padrão, Katia Turra e Renato Afonso Moreira.
Diagramação: Chico Amaral
Fotografia: Margaret Vitória e Natália Kneipp
Laboratorista: Jeova Xangô
Ilustrações: João Batista Paganine, Humberto Junqueira e Adriano Valle.

JOSE CLARO



Marie: os estudantes queriam vê-la

Aula polêmica inaugura o semestre

RUDOLFO LAGO

"A liberdade de pensamento deve ser o motor da Universidade. (...) D. Evaristo Arns, eu garanto, tem sensibilidade para entender as divergências que possam existir (entre ele e vocês)", dizia o Reitor Cristovam Buarque na abertura da Aula Magna que dava início às atividades da UnB no ano de 86. Era clara a apreensão do Reitor. Não havia dúvidas de que aquela seria uma aula polêmica.

A administração da Universidade garantia que o convite havia sido feito antes do veto do Presidente Sarney ao filme do cineasta francês Jean-Luc Godard, "Je Vous Salue, Marie". Mesmo que esse filme não existisse, porém, a própria presença do cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, já era garantia suficiente de que a aula não seria das mais tranquilas. Três outros motivos concorriam para isso: D. Paulo e, por si só, uma pessoa polêmica pelas posições que defende (para conhecê-las melhor, veja entrevista exclusiva na pag. 6); D. Paulo e representante da poderosa e contraditória Igreja Católica; os grupos organizados que compunham o Movimento Estudantil precisavam de algum motivo para mostrar que ainda estão vivos e com alguma saúde. Isso tudo somado ao desejo dos intelectuais brasileiros de assistir ao censurado filme de Godard e ao desejo da Igreja de que esses intelectuais não o assistissem, compunham o cenário perfeito para que a UnB revivesse seus dias de protesto e de glória.

A aula

Quem chegasse, entretanto, ao Teatro de Arena logo no início da Aula

Magna, acharia que o protesto havia gorado. Não se viam faixas contra D. Evaristo ou pela liberação do filme. Além disso, se recebia ainda uma carta aberta de apoio à presença do cardeal-arcebispo na Universidade de Brasília. A carta, de autoria do Centro de Estudos Universidade Popular, CEUP, saudava a presença de D. Paulo e o tema da primeira aula inaugural: "Democracia e Liberdade". Segundo a nota do CEUP, os setores católicos progressistas são setores "sinceramente identificados com as massas exploradas e seguem uma política muitas vezes mais coerentes do que os próprios setores e partidos de esquerda". Nesse sentido, o CEUP propõe uma discussão acerca do filme "Je Vous Salue, Marie", dentro de um contexto mais amplo, pois muitos dos que têm criticado a posição da Igreja sobre o assunto, especialmente alguns órgãos da imprensa, são completamente reacionários.

Os partidários do filme, porém, não se conformavam em perder esta oportunidade de demonstrar a sua insatisfação com o veto. De fato, assim que D. Paulo começou a falar, começaram a surgir faixas de protesto. Exigindo o direito de assistir ao filme, questionando "a fé em Deus (Se Deus existisse, Igreja não tinha paraios)", fazendo ataques grosseiros e desrespeitosos (Lugar de Cristo e na Boca do Leão) ou exigindo coisas fora da alçada do arcebispo de São Paulo (Je Vous Salue, Marijuana), os estudantes demonstravam a D. Paulo não tolerarem o poder de pressão da Igreja Católica brasileira.

D. Paulo teorizava, no começo de sua aula, sobre o que chamou de

"liberdade responsável", uma forma de liberdade que pode aceitar como correta a censura de um filme, se esse filme pode trazer consequências graves. E D. Paulo acreditava que seus fiéis não estavam dispostos a aceitar a exibição de "Je Vous Salue, Marie", de uma forma pacífica.

Uma cópia do filme

Ao final da Aula Magna, foi a vez dos alunos falarem e fazerem perguntas a D. Evaristo. Em meio a poucas perguntas acerca dos direitos humanos, do projeto "Brasil, Nunca Mais" e da reforma agrária, choveram declarações de protesto ao veto do filme. Os estudantes da UnB queriam assistir a "Je Vous Salue, Marie". E essa oportunidade surgiu através das mãos dos alunos do Centro Acadêmico de Comunicação. De posse do microfone, eles informaram ao Reitor possuírem uma cópia do filme e solicitaram autorização para exibí-lo. Cristovam disse que gostaria de responder com um sim, mas que temia uma invasão do campus, como a ocorrida dias atrás na Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo mesmo motivo.

Com o "talvez" do Reitor Cristovam Buarque, os estudantes da COM voltaram para seu Departamento. Naquele mesmo dia, o filme seria exibido para uma plateia de pouco mais de cinquenta pessoas. Dessas cinquenta, poucos foram os que assistiram ao filme até o fim. Os que saíram, reclamavam ou da qualidade da cópia ou mesmo da qualidade do filme.

UnB e EBN trocam experiências

Programas de rádio produzidos no verão inauguram o intercâmbio

ANA PAULA MACEDO

Um programa noticioso e uma rádio-novela — produzidos pelos alunos do Departamento de Comunicação e gravados nos estúdios da EBN — foram os primeiros resultados do Convênio firmado entre a Fundação Universidade de Brasília e a Empresa Brasileira de Notícias. O acordo objetiva o intercâmbio técnico e científico, com o uso de equipamentos e instalações, através da mútua assessoria e cooperação das duas entidades.

Os programas, produzidos no período de verão, pelos alunos de Produção e Emissão de Rádio, sob a orientação do professor Luiz Recena Grassi, coordenador de Jornalismo da EBN foram apresentados no encerramento do curso.

Experiência

"Tenho a impressão que nesse mês de aulas de rádio, se produziu mais do que eu vi durante os quatro anos que estou na Universidade". A afirmação é do estudante de Comunicação, Rudolfo Lago, que participou da primeira experiência prática desenvolvida nos estúdios da EBN.

Para Rudolfo, a ideia de se firmar um convênio desta natureza foi muito

valida, uma vez que os alunos tiveram acesso a equipamentos e técnicas mais modernas do que as oferecidas pela UnB. Para ele, não existe forma de comparar os resultados obtidos nas práticas desenvolvidas na EBN, com esse "negócio caquético" que temos em nosso departamento.

Dentre as obrigações da EBN, incluídas no convênio, estão a divulgação de material produzido nos vários departamentos da UnB, desde que de interesse jornalístico; o fornecimento, via telex, de todo material noticioso, obtido pela empresa; a utilização dos seus estúdios de rádio pelos alunos da Universidade; e também, a assistência técnica na instalação da Rádio Universitária.

Por sua vez, a UnB deverá, entre outras coisas, produzir material jornalístico que possa vir a ser utilizado pela EBN; analisar criticamente o noticiário fornecido por essa agência para, se necessário, melhorar sua qualidade técnica; e promover cursos de especialização e atualização de profissionais da área de jornalismo.

Murilo Cezar Ramos considera que o acordo trará benefícios principalmente para os cursos de Jornalismo e Rádio, por serem estas as áreas de es-

pecialidade técnica da EBN. Ressaltou ainda, que o Convênio contribuirá para a instalação da Rádio Universitária, que é de interesse de toda a comunidade acadêmica. "Estamos agora em vias de formular um termo aditivo que prevê a colaboração do professor Recena, durante um semestre, nas disciplinas de rádio", afirmou Murilo.

Também para a EBN, os primeiros resultados já começam a aparecer. "Com base nos termos estabelecidos, entramos em contato com o Departamento de Economia e solicitamos a elaboração de um seminário sobre o pacote, que ira melhorar o nível de informação dos nossos profissionais", declarou Luiz Recena, coordenador de jornalismo da empresa. Além disso, Recena destacou dois pontos do convênio, considerados de maior importância para a empresa: a avaliação crítica dos textos, proporcionando um feedback científico, feito pelos professores da Universidade; e o treinamento de jornalistas estrangeiros. "Estamos firmando um Convênio de cooperação com a agência africana, Angola Press, que prevê, entre outras coisas, o treinamento de seus jornalistas. Nesse caso, poderemos contar com a ajuda da UnB", concluiu Recena.

Enquanto isso ...



tornou a São Paulo, onde daria, no dia seguinte, nova Aula Magna, agora no Campus da USP.

— Havia mais faixas contra a presença de D. Paulo na UnB. Ninguém soube dizer, entretanto, se a faixa "Je Vous Salue, Arns" era contra ou a favor.

— Tudo indica que os calouros da UnB estão com receio de colocarem cara para fora. Bem, se Freud explica ou não, isso não importa. O fato é que a DAC deu duzentas camisetas para a Comissão encarregada de organizar a "Semana do Calouro". Pensando em faturar alguns cruzados, os CAs de Engenharia, Mecânica, Civil, Elétrica e Agronomia imprimiram a expressão "Calouro" em sessenta camisetas com o objetivo óbvio de vendê-las para a calourada. O desenho era bom e a intenção também, mas o resultado não poderia ter sido mais desastroso. Na primeira semana de aula, não foram vendidas mais que dez camisetas, mesmo assim, porque alguns veteranos resolveram dar uma força.

— Depois de um período afastado, resolvendo problemas pessoais, o professor Jose Francisco Paes Landim está de volta ao Departamento de Direito. Curiosamente, a disciplina que marca a volta de Landim às suas atividades docentes chama-se "Direito de Mercado de Capitais".

— O ex-professor de EPB, Francisco Pinto Cabral, protestando contra a presença de alunos em uma reunião do colegiado de História: "Não existe nos estatutos da UnB nada que justifique a presença de alunos em reuniões deste tipo e eu nunca tive a pretensão de ser democrata".

Pacote divide opiniões na UnB

FABRÍCIO MARQUES
NARA FERREIRA

A palavra "entusiasmo" certamente não reflete o sentimento da UnB em relação ao pacote econômico decretado pelo governo. As associações dos docentes (ADUnB) e dos funcionários (ATA-FUB) protestaram contra o corte de 52% no reajuste de março. A reação no Departamento de Economia da UnB variou entre o otimismo cauteloso e a crítica severa. O professor Dercio Garcia Munhoz, por exemplo, acha que o pacote pode dar certo, mas faz ressalvas às medidas. O professor Lauro Campos não acredita no sucesso do pacote e acusa o governo e seus economistas de obscurecerem o ponto de vista do assalariado. A voz mais confiante acabou sendo a do professor Cristovam Buarque, Reitor da UnB, que considerou as medidas plenamente satisfatórias aos economistas "progressistas".

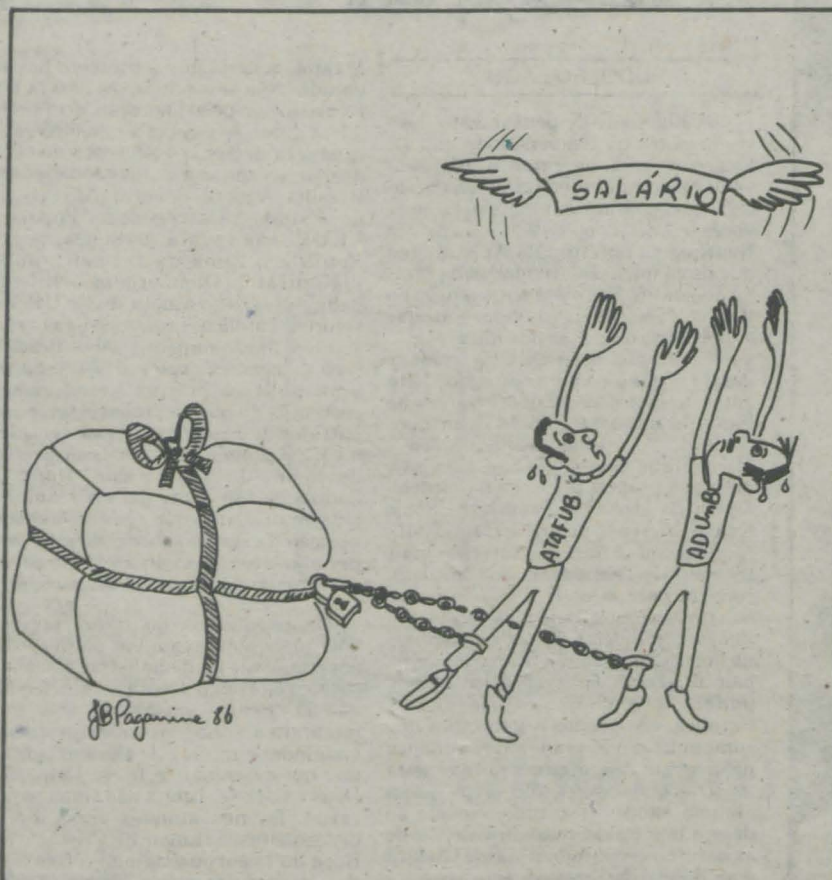
A ADUnB e a ATA-FUB amargam o mesmo drama vivido pelo movimento sindical do País. O índice acertado para o reajuste de março dos professores e funcionários da UnB era de 105%. Com o "Plano de Inflação Zero", o índice caiu para 52,8%. E o apoio da opinião pública ao pacote aborta qualquer mobilização salarial no momento.

Os funcionários caíram na armadilha da popularidade do pacote e tiveram que adiar para abril o movimento contra o novo Plano de Cargos e Salários. Uma greve neste momento estaria fadada ao desgaste. O presidente da ATA-FUB, Rosalvo Pereira Filho, não acredita no sucesso das medidas e se queixa principalmente da diferença de critérios no congelamento dos preços e dos salários. Enquanto os salários foram reajustados pelo índice médio dos últimos seis meses, os preços foram congelados em seus níveis mais elevados, os de 27 de fevereiro, no chamado "pico". Rosalvo adverte que a euforia em torno do pacote pode terminar com a chegada dos contracheques do mês de março, quando a perda salarial for sentida.

A ADUnB lançou uma "Nota à Comunidade" onde também reclama de "um significativo achatamento salarial" promovido pelo pacote. Denuncia a preservação dos privilégios dos militares e juizes e a insuficiência do abono de 8% "vendido como dádiva do governo". Sem querer dar as costas aos "fiscis do Sarney", a ADUnB aproveita para apoiar "as medidas energéticas e necessárias para o controle da inflação".

O economista, associado à ADUnB e Reitor da UnB, Cristovam Buarque, é favorável ao pacote. Segundo Cristovam, que é do PMDB, o plano satisfaz tudo aquilo que vem sendo defendido nos últimos anos pelos economistas progressistas, principalmente na consolidação do terreno social e da estabilidade monetária. "A economia brasileira, com a perspectiva de uma inflação de 500% neste ano, estava como um pântano, como areia movediça, e o pacote objetiva a consolidação deste terreno", diz o Reitor. É papel da sociedade brasileira desenhar agora o prédio social e construí-lo sobre o terreno, acrescenta Cristovam.

Sobre o congelamento de preços e salários, Cristovam acredita que se os reajustes salariais também fossem concedidos pelo "pico", muitas empresas teriam seus lucros drasticamente reduzidos e poderiam quebrar, gerando desemprego. O reitor não teme uma decepção dos funcionários com a chegada



dos contracheques de março, porque haverá um reajuste de 52,8% e as prestações de escola, habitação e transporte estarão congeladas. Mas o mesmo congelamento vai prejudicar a Editora da UnB, que iria reajustar os preços de seus livros em 1º de março, e perderá cerca de um milhão de cruzados com esta defasagem, revela o reitor.

A análise do professor da UnB e presidente do Conselho Federal de Economia, Dercio Garcia Munhoz, é mais técnica. Segundo Dercio, o plano do governo pode dar certo porque possui um requisito essencial para fechar o cerco à inflação: a consolidação efetiva de perdas de rendas reais. O tratamento de choque é que pode apresentar complicações que medidas mais lentas não trariam diz o economista. Dercio condena ainda a não recomposição plena do poder aquisitivo dos últimos seis meses, já que o abono de 8% não é suficiente.

Na opinião de Dercio, o grande problema do pacote é a consolidação de um quadro distributivo com salários baixos, corroídos por uma inflação provocada por medidas econômicas do governo. Se as autoridades financeiras tivessem diminuído a carga tributária e revertido a política dos juros, a inflação teria baixado, os salários não teriam se desvalorizado tanto e aí então se poderia discutir a questão da "media" sobre um poder aquisitivo bem superior ao atual, afirma o economista.

Mas o grande crítico do pacote na UnB é o professor Lauro Campos. Segundo ele, a "economia de guerra" decretada pelo governo vai provocar o surgimento de um mercado paralelo dos produtos tabelados abaixo de seu valor de reposição, que vão desaparecer do mercado normal. Os produtores tenderão a vender estas mercadorias em um mercado livre do controle dos preços, destinado a cerca de 8% da população brasileira que concentra o

poder aquisitivo, afirma Lauro Campos.

Na hora em que o IBGE for calcular a inflação, os preços do "black" não serão obviamente computados e a inflação oficial será baixa se não chegar a ser deflação, diz o professor. O Brasil terá então duas inflações: a real, com os preços ao sabor da demanda do mercado negro, e a oficial, com os preços dos poucos produtos que sobram nas prateleiras dos supermercados, explica Lauro.

Quanto ao tipo de reajuste salarial adotado pelo governo, Lauro Campos afirma que o único momento em que os assalariados recuperavam seu poder de compra era no reajuste integral. Com o reajuste pela média, diz o professor, haverá apenas a antecipação do "esvaziamento" da exploração do assalariado "antes promovida pelo processo inflacionário".

O economista faz, ainda, pesadas críticas ao presidente Sarney e aos economistas do PMDB que arquitetaram o pacote. Lauro lembra que os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Maria da Conceição Tavares publicaram um artigo, nos tempos de militância oposicionista, afirmando que o reajuste só poderia ser feito pelo "pico". "Naturalmente, o choro da Conceição na TV deve ser um choro futuroológico. Ela está chorando porque sabe o que vai acontecer ao assalariado brasileiro, que vai ter que se submeter às suas artimanhas", ironiza Lauro.

O professor Lauro declarou ainda que é perigosa a falta de personalidade do presidente Sarney ao exigir da Seplan um Plano de Metas do seu governo, no estilo do ex-presidente Juscelino Kubitschek. "Em história, nada se repete, muda e é impossível agora, a não ser como tragédia, querer repetir a história de um Juscelino e Getúlio. Ele (Sarney) que se diz um poeta menor, e com toda a razão, certamente será um presidente menor ainda", finaliza Lauro Campos.

Esta história quase termina em greve

FERNANDO DE FREITAS

Senhor, para quem iremos? A frase do cartaz religioso no anfiteatro 20, no extremo norte do minhocão não deixava de ser interessante quando vista durante uma aula de História Antiga I, com o professor Cabral.

A dúvida quanto aos seus destinos certamente se encaixaria no professor Cabral — que, junto com os professores Acrísio e Jádriel companheiros do antigo núcleo de EPB (Estudo de Problemas Brasileiros) foi recentemente efetivado como professor do Departamento de História — e aos alunos deste departamento, que desaprovam a contratação dos três professores.

Enquanto vários Departamentos da UnB queixam-se da falta de professores, os alunos de história se mobilizam porque acreditam que os três professores não são os mais indicados pelas atuais necessidades do seu departamento. A aluna Andreea Moreira explica que a disciplina Antiga I, por exemplo, estava sem um titular desde o 2º semestre de 1984, razão pela qual no ano passado foi dada por ela e um outro colega, como monitores. Andreea acredita que a disciplina tem uma grande importância porque é pré-requisito de várias outras no curso, e que um ex-professor de EPB improvisado em Antiga I estaria ocupando o lugar de um professor com especialização nesta área que poderia ser contratado.

Os alunos calculam que a História ainda precisa contratar no mínimo seis professores. Com os três vindos de EPB, o departamento não poderá trazer mais nenhum professor e lembram que o professor Jádriel está de licença durante todo este ano, adiando a sua estreia nas disciplinas de História.

O professor Cabral tem doutorado em História do Brasil, o professor Jádriel é diplomata e o professor Acrísio é bacharel em História, além de cursos em outras áreas. Eles faziam parte do extinto núcleo de EPB, que junto com os núcleos de História, Geografia e Filosofia formavam um único Departamento, agora desmembrado. A disciplina EPB era ministrada por intermédio do Decanato de Extensão, que não pretende manter professores fixos, preferindo convidar professores de diversos departamentos para que cada um exponha aos alunos os problemas brasileiros sob óticas diferentes.

Os ex-professores de EPB já se consideravam do Departamento de História, citando o exemplo da reunião do colegiado de História que aprovou suas efetivações como sendo "apenas para dar as boas-vindas aos colegas recém-chegados". Esta reunião é vista de modo diferente pelos alunos, que argumentam o julgamento de causa própria pelos três professores, já que eles tiveram participação na votação que aprovou a tripla transferência.

O professor Cabral não entende como uma disciplina sobre problemas brasileiros, obrigatória em todo País, possa ser vista hoje em dia como doutrinária. Eu nunca fiz proselitismo político em sala de aula, diz Cabral, que não vê motivos para perseguir professores pelo programa obrigatório de uma disciplina.

O aluno Marco Aurelio entende que sempre houve uma barreira separando os alunos das decisões do Departamento de História. Por isto o relacionamento entre as duas partes está tenso, com os alunos se mobilizando e reivindicando maior participação.

Nos corredores da UnB, alguns cartazes informavam que os alunos de História poderiam entrar em greve, mas a hipótese já foi descartada. Os alunos pretendem lançar um comunicado à comunidade para expor seus problemas no curso e também as razões por que protestam contra os ex-professores de EPB.

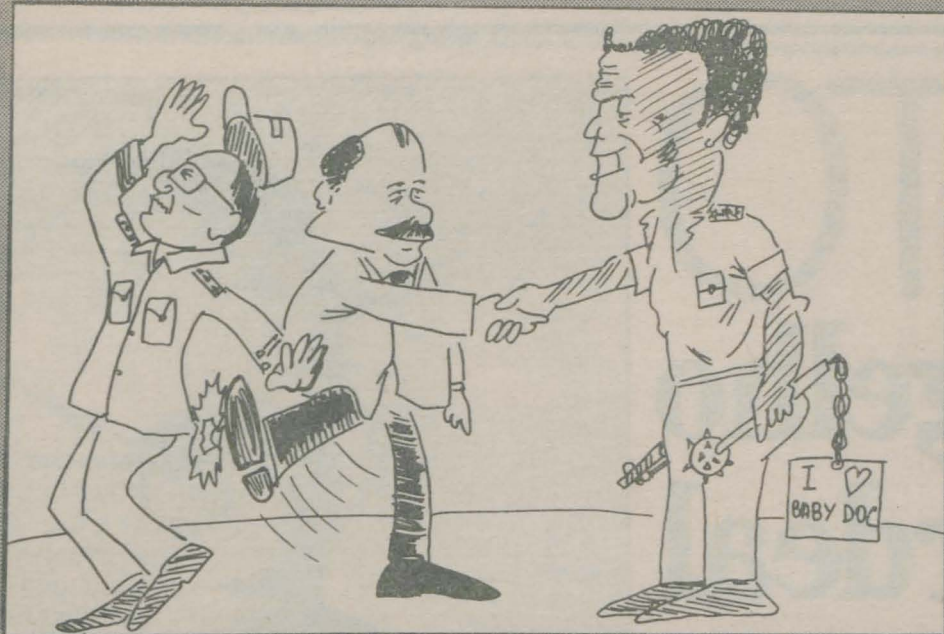
Entre os argumentos dos alunos estão até algumas questões dadas nas provas de EPB, numa tentativa de mostrar o quanto a disciplina era deficiente. As provas eram testes de múltipla escolha que às vezes surpreendiam os alunos perguntando se nossos indígenas utilizavam o pau-brasil na construção de transatlânticos, trampolins ou como tintura.

Se os alunos entrassem em greve, seria a primeira paralisação dos estudantes desde que o Reitor Cristovam Buarque tomou posse no ano passado. Com a estabilização da democracia na universidade, certamente teremos em todos os departamentos um melhor relacionamento entre alunos e professores, mas ainda não foi desta vez que esta estrutura experimentou um rompimento. A primeira greve estudantil na UnB depois da Nova República ainda não aconteceu.

E a história continua...



"A economia brasileira, com a perspectiva de uma inflação de 500% neste ano, estava como areia movediça, e o pacote objetiva a consolidação deste terreno". Cristovam Buarque



"Um intercâmbio da UnB com a nossa Universidade autônoma pode nos ajudar muito. A Nicarágua precisa de médicos e dentistas", responde o ministro nicaraguense após sugestão do Reitor.

NICARÁGUA

Da tortura ao poder

IVAN MARINOVIC BRSCAN

"Mi venganza personal contra usted sera enviar sus hijos para la escuela". Esta frase marcou o encontro de Tomás Borge, único membro fundador vivo da Frente Sandinista de Libertação Nacional, FSLN, da Nicarágua, com o seu carcereiro e torturador, logo após a derrubada do regime de Somoza. O comandante Tomás Borge Martínez, é, hoje, ministro do Interior deste pequeno País de 3 milhões de habitantes, em regime de guerra, incrustado em uma zona de alta tensão.

Atendendo a convites do XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia e do governador Leonel Brizola, Borge aproveitou e veio a Brasília, e para surpresa dos jornalistas não esteve em audiência com o presidente José Sarney como é de praxe nas visitas de altas personalidades estrangeiras.

Indagado pelo repórter do jornal CAMPUS sobre o fato do presidente não tê-lo recebido, talvez, por inconveniência política, o ministro nicaraguense respondeu que não pediu audiência e que qualquer que seja o motivo (do não-convite) é um problema particular do Brasil, um País amigo, e que precisa ser cuidadoso e respeitoso com as resoluções tomadas.

Em sua passagem pela OAB, aclamado por um auditório repleto, Tomás Borge, privi-

legiou, a pedido do público, o tema da situação militar. Declarou que a contra-revolução é uma lei histórica e que o homem ainda não inventou uma revolução que não tenha dado origem a uma contra-revolução. Esta ganhou ajuda maciça logo após o triunfo eleitoral de Reagan apoiando os contras nicaraguenses e o exército hon-

Quem é Borge

Tomás Borge começou sua luta contra a ditadura de Somoza há 40 anos quando tinha 13 anos de idade. Nos princípios dos anos 50, ele trabalhou ativamente no Movimento Estudantil Universitário. Em 1970, foi ao norte da Nicarágua para trabalhar na organização das bases guerrilheiras. Capturado em 1976, foi brutalmente torturado por nove meses e condenado por um tribunal militar a 180 anos de prisão. Borge reintegrou-se à sua luta quando, em 1978, as forças sandinistas tomaram o Palácio Nacional, capturando oficiais sandinistas e em seguida trocando-os por prisioneiros políticos. Em 19 de julho de 1979, dia da Vitória da Revolução, ele se encontrava em Leon, onde havia se instalado o Governo provisório. Hoje, Tomás Borge é ministro do Interior da Nicarágua.

durenho tendo um efetivo melhor armado, abastecido e treinado do que foi a Guarda Nacional de Somoza.

O recém-formado Exército Popular Sandinista composto, de início, pelos guerrilheiros desorganizados mostrou-se incapaz de enfrentar os ataques externos, a partir daí, entraram em cena os polêmicos assessores militares cubanos para estruturar e organizar o exército. Esta atitude criou mais um motivo para intensificar as pedradas retóricas e aumentar a ajuda americana aos contras. E Borge pergunta: "Que mal fez a Nicarágua para merecer tanta veemência da parte de Reagan?"

Mas veemência também não falta aos nicaraguenses e nem a Borge quando este arrancou da plateia da OAB um longo e inflamado aplauso. Ele disse que inúmeras foram as tentativas de acordo e de negociação de paz na parte da Nicarágua — a exemplo do grupo de países reunidos em Contadora, na Colômbia, para discutirem os conflitos na América Central. A Nicarágua não pôde competir com a artilharia, tanques e aviões dos norte-americanos. Mas Tomás Borge foi bastante enfático quando declarou que 300 mil fuzis estão preparados para serem acionados sem que possa haver maneira do inimigo saber de onde saem os disparos, para dar a recepção que merece a qualquer yanque que invada a Nicarágua.

Maria Luiza e a mulher

ANDREA CERQUEIRA

"Como é que a operária pode dizer que o corpo lhe pertence, se o ritmo que lhe imprime ao trabalho quem determina é a máquina e a fábrica? Como é que nós podemos dizer que o corpo nos pertence se a maneira de nós andarmos, de pensarmos, vestirmos quem determina é a televisão, através de suas novelas, dos mitos, na sua maioria falsos? Como podemos dizer que o corpo pertence à dona-de-casa, se ela trabalha muitas vezes 24 horas por dia, sem atender nada do que o corpo está a exigir, seja o descanso ou as condições de trabalho?" — Essas indagações foram feitas pela prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, 43 anos, no dia 22 último, diante de cerca de 1.000 pessoas (entre trabalhadoras e operários) que se aglomeraram no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) para ouvirem atentamente a prefeita falar sobre "A Mulher e a Política", num seminário promovido pela CUT que passou despercebido pela grande imprensa.

Sempre muito aplaudida, a antiga deputada pelo PMDB relatou o início de sua atuação política no Movimento Feminino pela Anistia e na União das Mulheres Cearenses e sua conscientização política, que se deu teorizando na Universidade, mas só ganhou vida quando Maria Luiza passou a enfrentar os patrões, indo às portas de fábricas com os metalúrgicos. Disse que a luta das mulheres está intimamente ligada à luta dos trabalhadores e que, para transformar a sociedade é preciso colocar no poder aqueles a quem este foi negado: "Os operários têm que conquistar o poder de novo". E afirmou: "O nosso corpo só vai nos pertencer e aí, eu falo coletivamente, quando através de uma luta coletiva,

nós conseguirmos libertar homens e mulheres do processo de opressão capitalista, e das relações de trabalho do modo de produção, para realizarmos uma sociedade onde o trabalho não seja uma escravidão nem uma alienação, mas uma expressão do corpo de quem produz. Então esta questão, é um desafio colocado para homens e mulheres". Defendeu a Nicarágua como exemplo de luta para o povo latino-americano.

Maria Luiza defendeu a incorporação e luta das mulheres junto com as crianças, já que "a revolução mais longa é a da mulher". Afirmou que se não tivesse feito essa experiência coletiva, hoje não seria referencial de luta para muitas mulheres e brasileiros. E isso, segundo ela, pode ser conquistado "transformando aquilo que há de negativo em nossa formação em algo positivo e a serviço dos oprimidos". Citou o exemplo de uma greve no Ceará quando as mulheres carregaram os filhos pequenos, para não serem agredidas pela polícia. E no final da palestra, arrancou aplausos quando enfatizou que "as pessoas não vivem só para trabalhar bem e terem casa e pão não, as pessoas vivem para ter prazer, felicidade, poderem amar e terem momentos de grande alegria na vida".



Quem ganha, quem perde nas eleições

A no de eleição para a Constituinte, ano de surpresas. A mais recente e bombástica foi, sem dúvidas, o pacote. Embora ainda cedo para avaliar em profundidade as consequências políticas do plano de estabilização proposto pelo Governo, começam aparecer as primeiras especulações.

Se o PDS tinha pretensões de recuperar seu prestígio nas eleições de 15 de novembro, agora isto ficou muito mais difícil. A exemplo, o ex-ministro Delfim Netto, candidato à Constituinte, acredita ter perdido 100 mil votos em São Paulo, após a decretação das reformas econômicas.

Já a Aliança Democrática nega que as medidas venham fortalecer seus candidatos. Pelo menos é o que confirma o deputado peemedebista João Gilberto (RS). Para ele, até novembro, o assunto econômico estará superado. "O eleitor votará no candidato ou partido

que traduza os temas de seu interesse".

Mas a oposição não crê que a investida do pacote pelo Governo fique isenta de reflexos políticos. A nova líder do PT na Câmara, deputada Irma Passoni, considera as propostas econômicas demagógicas. Irma acha que faltam mecanismos de controle para o Governo e que o congelamento de preços contraria a lógica do sistema capitalista, sendo impossível a sustentação do congelamento de preços no varejo e no atacado. Ela reconhece que o Presidente sensibilizou as massas ao desenvolver uma campanha onde o povo foi estimulado a contribuir como verdadeiros fiscais do pacote.

"Nunca um pacote foi tão popular. Sarney conseguiu deslocar o povo", comentou o candidato pedetista ao Senado por Brasília, Paulo Timm, "só que agora os próprios trabalhadores irão fiscalizar e julgar os preços do mercado".

LILIAN FONSECA

EVARISTO

O Evangelho segundo o Cardeal de São Paulo

A agenda do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns é tumultuada. A luta pela defesa dos direitos humanos não lhe deixa muito tempo para descansar. Em Brasília, quando veio inaugurar o semestre letivo da UnB, isso não foi diferente. Na única meia hora que D. Paulo teve para descansar na cidade, a reportagem do Campus, foi incomodá-lo. O resultado é essa entrevista exclusiva, onde D. Paulo fala de sua luta em defesa dos mais fracos, da posição da Igreja com relação a "Je Vous Salue Marie" ou de coisas mais amenas, como o final de "Roque Santeiro".

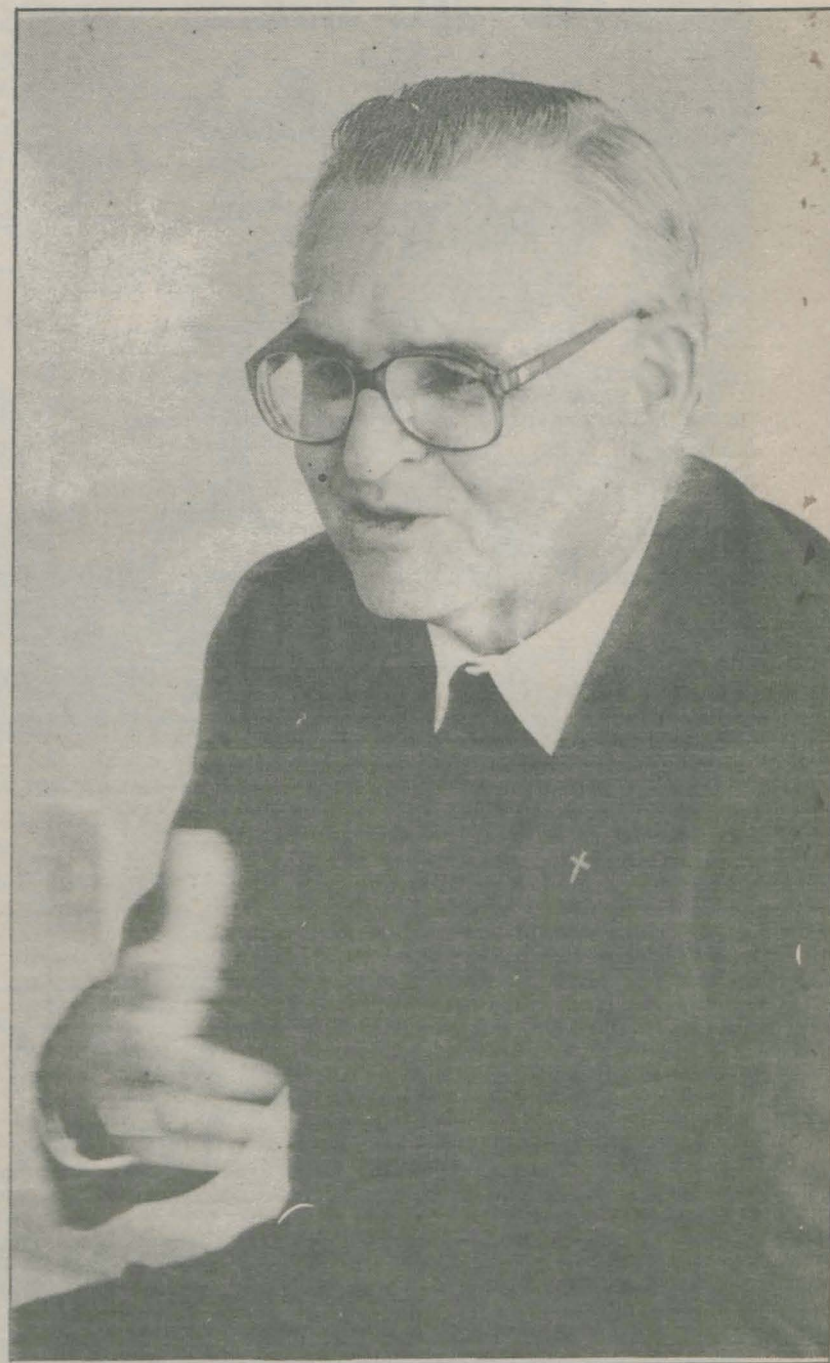
Campus — D. Paulo, o senhor ficou conhecido internacionalmente pela defesa dos direitos humanos em momentos obscuros da história recente do Brasil. Com essa redemocratização, em que aspectos, os direitos humanos ainda deixam de ser respeitados?

D. Paulo — Nos pontos mais fundamentais que são sobretudo a vida, a sobrevivência e a falta de justiça na redistribuição de proventos e de todos os salários. Eu acho que há mais um outro ponto em que praticamente nada se fez até agora e que se deveria fazer muito mais: é que não se cuidou praticamente da segurança do povo. A violência campeia. Isso é uma grave falta contra os direitos humanos. O povo mais simples, o das favelas, o dos cortiços, é o povo mais ameaçado. Para darmos um exemplo, em quatro dias foram mortos pela repressão sete menores só na cidade de São Paulo. Isso é uma violação dos direitos humanos tão cruel como nos tempos passados. Só que não atinge a classe média. Não atinge, digamos, aqueles que podem comunicar-se com a nação, como era naquele tempo, porque principalmente a classe média e a classe liberal eram atingidas. Nós também não podemos recorrer ao exterior como fazíamos naquele tempo, porque são os meninos, são gente de cor, são trabalhadores que são assassinados e por repressão. E muitas vezes sem motivo. E não há processo. Então eu acredito que nós estamos longe ainda de termos os direitos humanos de fato respeitados em nossa terra. E nós devemos nos colocar sempre ao lado das vítimas. Nunca considerar as vítimas logo como bandidos, porque isso também se fazia no tempo da repressão à política. Quando eu defendia os presos políticos, sempre diziam: "Está defendendo os comunistas. Está defendendo os bandidos. Está defendendo os terroristas". Hoje dizem a mesma coisa para as crianças abandonadas, para os menores da FEBEM e sobretudo para as pessoas de cor e as outras que não têm defesa.

Campus — O senhor é arcebispo de uma das cidades mais violentas do mundo, que é São Paulo. Sua postura contra a violência e pelos direitos humanos têm-lhe rendido críticas de alguns setores da população paulistana que preferem que a violência seja combatida com mais violência. O senhor chegou a receber até ameaças de morte, como a do matador Cabo Bruno. Há saída para o problema da violência numa cidade de 12 milhões de habitantes, complexa como a de São Paulo?

D. Paulo — Esse é um problema que deveria ser estudado com muito cuidado, porque eu tenho lido muito sobre isto e tenho verificado que em todos os países do mundo, quando a cidade ultrapassa o limite de 250, 300, 500 mil habitantes, ela se torna perigosa. Não se sabe ainda o mecanismo que gera a violência, mas o fato é que a violência aumenta não em proporção ao número de habitantes, a violência aumenta num certo momento em que a cidade atinge um determinado limite de habitantes. Agora, quando há uma cidade explosiva como a nossa, em que de fato muitos malandros podem esconder-se e muitas coisas podem acontecer também pela própria repressão, então não se tem mais o controle e nunca ninguém no mundo poderá saber qual é o normal da repressão ou das vítimas da repressão. Isso não existe mais na Alemanha nem na França, nos países onde as estatísticas são mais bem examinadas. De fato, a gente não sabe se há uma solução, mas uma coisa se sabe: que nós somos responsáveis sempre pelo que acontece. E nós não podemos ceder a nenhuma ameaça. Muitas vezes eu tenho percebido que um grito de alarme salvou determinadas pessoas. No tempo da repressão mais violenta, eu tenho visto isso. E tenho também percebido que no momento em que nós reclamamos e com muita força, como fizemos estes dias com a violência contra 78 jovens, não são mais menores, são jovens da FEBEM, imediatamente todo o mundo se movimentou. Então eu acho que

«O meu relacionamento com o Jânio está bem. Ele me visitava uma, duas, três vezes por ano, sempre que voltava de viagem. O Jânio é um grande ator e ele tem o direito de sê-lo»



essa minha voz não deve ser isolada e se eu sofro com isso, não importa muito. O importante seria que a gente acostumassem a população a estar sempre ao lado da vítima e diminuir essa repressão de ambos os lados, porque a escalada da violência é uma verdade, é uma verificação.

Campus — O principal tema da campanha eleitoral do prefeito Jânio Quadros foi a falta de segurança em São Paulo. E ele prometia colocar a polícia na rua e se alinhava com setores tradicionalmente favoráveis àquele tipo de repressão policial no estilo "ROTA". Alguns até fazem a defesa da pena de morte. Como está sendo a convivência entre o arcebispo e o prefeito da maior cidade do País?

D. Paulo — Em primeiro lugar, antes de 1975, portanto há onze anos, quando publicamos o livro "Crescimento e Pobreza em São Paulo", nós fizemos uma pesquisa muito grande, científica e popular, e a primeira preocupação do povo naquele tempo já era a segurança. Mas a segurança do povo, não a segurança nacional. Portanto, o Jânio não descobriu nada de novo. O que ele prometeu ao povo foi dar uma polícia para proteger o povo e agir com dureza. Agora, a polícia ou é federal ou estadual, jamais é municipal para estes casos, sobretudo...

Campus — Mas ele está fazendo uma guarda municipal...

D. Paulo — Ele está fazendo a Guarda Municipal, mas não creio que com repressão a gente chegue a diminuir os crimes. Pelo contrário, virá a vingança em termos ainda mais contundentes. Mas eu sou pela vigilância popular e por uma polícia que seja próxima ao povo, que seja preventiva, que seja conhecida, que seja amiga do povo. E não uma polícia que seja violenta como o prefeito prometeu naquele tempo.

Campus — E a sua convivência com o prefeito?

D. Paulo — O nosso relacionamento está bem. O nosso relacionamento tem sido sempre normal. Eu cheguei ontem em Brasília com a filha dele. Ela veio logo com os netos todos correndo para me abraçar. Ele me visitava uma, duas, três vezes por ano, sempre que voltava de viagem. Você sabe que o Jânio é um grande ator e ele tem o direito de sê-lo.

Campus — A dicotomia Igreja Conservadora/Igreja Progressista é cada vez mais evidente no Brasil. No futuro da Igreja Católica, que vertente se deverá prevalecer?

D. Paulo — As condições da história atingem tanto a Igreja como a Sociedade Civil. Uma vez a Igreja vai mais para o lado puramente espiritual, outra vez a Igreja vai mais para a união do espiritual com o material e outras vezes ela descamba para a política, como durante a Idade Média, assumindo até os governos.

ARNIS

« Eu temia que eu fosse a causa de uma injustiça. Agora, de eu ser vítima, é maneira mais fácil de ser feliz depressa, porque acredito na vida eterna, não é? Acredito na verdade, em quem lutou e quer continuar a lutar »

Então eu acho que estas correções na história vão ser inevitáveis. E nós estamos neste momento já percebendo uma correção da história, por exemplo nas Filipinas, por exemplo no Haiti e em diversos países onde a Igreja entrou na hora em que o sofrimento do povo se tornou insuportável. As correções da história vão ocorrer, tanto a favor de um lado quanto a favor do outro. A gente dificilmente pode contentar-se com os dois termos, progressista e tradicionalista. A gente deveria ter um outro termo, que seria o que acompanha a história. Portanto, uma Igreja ligada ao povo e ligada à história seria sempre o ideal.

Campus — Amenizando um pouco a entrevista, essa divisão já rendeu até assunto da novela de maior audiência da televisão brasileira. O senhor gostou do final de Roque Santeiro?

D. Paulo — Eu fiquei realmente decepcionado com o final. Eu imaginava um outro final, um final de muito mais justiça e também, digamos, com um estilo popular mais apropriado para todo o desenvolvimento dessa novela que estava se espichando demais. Agora, a atitude do padre Albano, eu realmente tinha dito que se ele fosse um padre do tipo que são os meus padres, eu ordenei mais de 180 padres, portanto dos bispos do Brasil sou talvez o que mais ordenou padres, novos, estive com eles ainda três dias agora juntos, os meus padres ficariam decepcionadíssimos se o padre Albano fosse ficar com uma moça leviana, que não tinha nenhuma afinidade propriamente com ele. Só que o Dias Gomes não apresentou propriamente o padre Albano como são os nossos padres. Os nossos padres são muito mais ligados ao povo e o povo decide o que eles devem fazer, quer dizer, o povo ajuda no trabalho. A gente viu muito pouco das comunidades de base para poder pôr na balança o que pode pesar na vida de um homem: a humanidade, como ele disse, ou o amor a uma pessoa. A pessoa foi muito frágil e superficial e o trabalho dele apareceu muito pouco para a gente poder dar uma avaliação. Mas talvez o autor não estivesse tão a par dos nossos movimentos de comunidades de base, ou talvez não quisesse dar esta ênfase à parte religiosa e quisesse contentar mais as pessoas de uma certa idade que se encontravam muito mais com a pessoa do outro padre mais tradicional, que aliás era uma figura simpática, né?

Campus — Que consequências o senhor acha que poderiam haver por

parte da população católica se um padre progressista passasse a dividir a atenção de seu rebanho com uma moça, como o senhor colocou, leviana?

D. Paulo — O povo vai contra o padre, eu tenho visto casos deste tipo. O povo vai contra o padre e exige a transferência dele. Não é um caso apenas porque eu estou há 20 anos como bispo em São Paulo. Numa cidade tão tumultuada como a nossa pode acontecer, sempre aconteceu, então de fato o povo começa a fazer pressão e até hoje, curiosamente, todos os padres que passaram por esta situação onde o povo exigiu a transferência decidiram-se pelo povão. Recomeçaram num outro lugar e tentaram de novo.

Campus — Vamos falar agora de questões polêmicas. Dos anos 70 para cá a Igreja Católica no Brasil tem marcado posição muito importante em favor da redemocratização. Sua participação nas campanhas pelas eleições diretas e pela candidatura de Tancredo Neves foi decisiva para as mudanças que aconteceram e continuam acontecendo no País. O senhor não acha que existe uma contradição entre atitudes como ir às ruas pedir a volta da liberdade e o silêncio ao frei Leonardo Boff ou a proibição do filme francês *Je Vous Salue Marie*?

D. Paulo — Eu acredito que haja uma contradição, mas esta contradição nasceu talvez de uma avaliação diferente da nossa, porque ela nasceu na França e ela nasceu na Itália. Ela se projetou para o mundo

através de uma figura respeitável sob todos os aspectos que é o Papa. Na hora em que o Papa se pronunciou, embora não seja de obediência absoluta e obrigatória, dificilmente uma outra autoridade subalterna vai pronunciar-se contra. Então eles não tomaram em consideração a situação brasileira. Ele veio para cá e explodiu numa hora em que eu acho que foi uma pena que tivesse explodido, porque nós precisamos tanto dos intelectuais que estão a favor do povo, quanto do povo que precisa entender os intelectuais, não é? E as duas coisas podem contradizer-se porque as comunidades de base em muitos lugares não vão aprovar os intelectuais, não é? A devoção à Nossa Senhora, à Senhora Aparecida é uma coisa tão sagrada!

Campus — O Secretário-Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, disse que se estaria com a questão do filme *Je Vous Salue Marie* desviando a atenção e...

D. Paulo — É, isso me dói a mim também. Que, por exemplo, o fato que eu contei para vocês, que em quatro dias mataram sete jovens, não passou pelo jornal. O mesmo jornal deu duas páginas para *Je Vous Salue Marie*. Eu digo: puxa, isso é uma questão para salão, para se discutir em meios intelectuais. Mas sete mortes? Isso é uma destruição. Não foram noticiadas as sete mortes, apesar de a gente fazer questão. E todo dia morre pelo menos um por repressão. Mas não é isso o principal. Eu acho que o principal é a fome dos brasileiros, é a situação tremenda que a gente tantas vezes apresenta. E

nós estamos discutindo uma posição teórica que no fundo todo o mundo pode resolver. Se alguém quiser ver *Je Vous Salue Marie*, vê tantas cópias quanto quiser. Eu acho que de fato o Brasil gosta de certas amenidades em certas ocasiões ou de certas discussões intelectuais que são muito acadêmicas. Nós, Igreja, precisamos ir para o sofrimento do povo. E eu acho que os intelectuais o foram durante a repressão sobretudo quando eram os colegas que estavam sofrendo. Agora, a gente tem problemas de igual importância para discutir em favor do mesmo povo. Só que não em favor da mesma classe. Não são mais os intelectuais, não é mais a classe teatral, agora é o povinho, que depende do apoio de uma classe que tem mais recursos e que tem sobretudo mais expedientes, como, por exemplo, os universitários.

Campus — A Campanha da Fraternidade deste ano tem como tema Terra de Deus, Terra dos Homens. O senhor acredita que este País vai ter realmente a reforma agrária dos sonhos do povo e da Igreja?

D. Paulo — Sabe, a gente tem que colocar a meta muito alto num Brasil que desanima muito depressa. Então a meta é para que os sete milhões dos sem-terra recebam a terra nos próximos quatro ou cinco anos. Mas nós também temos a certeza íntima de que isso não vai acontecer com muita facilidade, provavelmente não vai se dar assim como está sendo proposto. Mas há algumas coisas que a gente não deve esquecer. Eu venho agora da Embaixada da Suécia, onde fui levar os pêsames pela morte do Olof Palme, o primeiro-ministro. E eu estive duas vezes lá justamente com ele para discutir este problema. E ele me disse, sempre repetia: "Há cem anos, nós éramos a confusão que vocês são hoje, alguns possuindo tudo e outros não tendo terra e trabalhando quase na função de escravos. Olha, hoje nós temos uma justiça social sem violência, mas numa transformação constante e nesse ponto, vocês e nós, brasileiros e suecos, temos alguma coisa de importante, nós não somos guerreiros, nós somos gente de dar um jeito, de passar. Nós nunca tivemos guerra na Suécia. Há 150 anos e, há menos de cem anos, éramos a mesma terra pobre, ou seja, a terra com poucos e muitos ricos e com a grande massa muito pobre. Hoje está todo mundo igualado". E na parte sócio-econômica eles resolveram a questão.

Campus — Alguns analistas políticos dizem que o governo Sarney mantém sua estabilidade no apoio de duas instituições que costumam dar trabalho aos governantes que delas se afastam, que são a Igreja e as Forças Armadas. Que papel deve ter a Igreja em relação a assuntos políticos?

D. Paulo — Eu acho que estão confundindo a Igreja e as Forças Armadas com o PFL e o PMDB, porque realmente a Igreja não apóia nenhum governo ou desapóia nenhum governo. Na hora em que o Sarney fizer qualquer coisa que nós achemos que não é conforme aquilo que seja mais conveniente ao povo, por exemplo, na hora em que ele mandou a proposta da Constituinte, nós, toda a Igreja, de norte a sul, protestamos. E fizemos atos inclusive, nós tivemos três dias de estudo dentro da catedral de São Paulo, com a catedral lotadíssima contra este ato do Sarney. Ele não pode apoiar-se na Igreja na hora em que comete um ato ou manda um projeto para o Parlamento que seja contra o povo, porque realmente foi contra o povo que os mesmos senadores e os mesmos deputados federais fossem constituintes.

Agora, na hora em que ele decreta coisas que nós achamos que são favoráveis, eu acho que é o normal da vida a gente apoiar aqueles que estão tentando acertar.

Campus — No começo da entrevista o senhor falou dos direitos humanos mais fundamentais que ainda não são respeitados. Nessa grande reforma econômica do final de fevereiro, a mobilização popular lembrou um pouco as grandes mobilizações de 84 e 85. O pacote econômico está a favor dos pobres?

D. Paulo — Eu distingo, mas distingo com muita insistência, dois pontos; o objetivo está certo, nós precisamos acabar com a inflação porque realmente é o maior inimigo do pobre. Isso eu tenho percebido nos contatos em toda a parte nas periferias. A outra questão é a parte técnica. Se realmente isso está servindo ou não está servindo. E aí estão discutindo. Por exemplo, o Barelli (Walter Barelli), chefe do DIEESE, acha que não está servindo ao trabalhador. O ministro Funaro fez a conta diante de nós dizendo que, dentro de um ano, um ano e meio, estará servindo até bastante. E eu acho que estas coisas técnicas, nós não podemos discutir-las, porque nós não somos competentes para isto. Mas nós achamos que devemos estar vigilantes e na hora em que isto aparecer com clareza, devemos estar ao lado do bem comum, ou seja, da grande massa de assalariados.

Campus — Por uma denúncia do livro Brasil: Nunca Mais, o superintendente da Polícia Federal em Fortaleza teve sua nomeação anulada. Outro anunciou que vai processar o senhor por acusações do mesmo livro...

D. Paulo — Já processou...

Campus — O senhor é o único referencial com relação a este livro que está repercutindo profundamente. O senhor não teme represálias?

D. Paulo — Sabe, a minha vocação é a de descobrir a verdade e de lutar em favor da liberdade e da justiça. Foi o que eu disse hoje de manhã aos estudantes, isso é convicção minha, profunda. Agora, eu não sou propriamente o único referencial no livro porque desde que o livro começa a dizer os nomes, aparecem muitos nomes que são muito mais visados do que o meu. Eu não permito, por exemplo, a publicação dos nomes dos torturadores para eles não sofrerem represálias. Eu achei que alguns dos torturadores, por exemplo, depois desistiram de ser torturadores. Eu mesmo recebi alguns deles enquanto ainda havia repressão. Portanto deixaram de ganhar o dinheiro, deixaram de ter os cargos e saíram dessa repressão. Então eu achei que todos aqueles que tinham feito um ato heróico, eles também constariam da lista, porque a lista é feita por computadores, né? Ela é fria, ela não elimina as pessoas e eu não poderia dizer: "Este você tira, tira aquele outro". Cairiam todos os torturadores, como depois caíram, quando a imprensa exigiu os nomes. Então nós tivemos que liberá-los. Mas eu declarava deliberadamente não permitir a divulgação dos nomes para que não houvesse uma convergência em cima ou vingança. Porque eu vi pais de vítimas, sobretudo de algumas vítimas, eu vi que eles matariam na hora em que soubessem onde estaria ou está o torturador da filha, do filho etc. De maneira que eu temia que eu fosse a causa de uma injustiça. Agora, de eu ser vítima, é a maneira mais fácil de eu ser feliz depressa, porque eu acredito na vida eterna, não é? Acredito na verdade, acredito em quem lutou e quer continuar a lutar. Não tenho medo de morrer por este motivo não. Se é para servir ao Brasil e ao povo, vamos para frente.



No único momento de descanso, D. Paulo fala ao Campus

O que pinta O no pacote



Informação ou apoio?

JOÃO PAGANINE

A partir do momento em que o pacote com as novas medidas econômicas se tornou de conhecimento público, o governo empenhou-se em deixar claro um ponto em particular: a participação popular seria fundamental para o sucesso do plano. Não foi preciso grande esforço para obter essa participação. Quando o governo deu garantias de que haveria pronta resposta dos órgãos públicos às denúncias dos consumidores, "fiscais do Sarney" pipocaram em todos os pontos do País.

De que forma a imprensa vem conciliando os papéis de informar o público e apoiar as medidas do governo? Para Eliane Catanhede, chefe de redação da sucursal do *Jornal do Brasil*, isso não tem sido difícil, a simples informação já é uma forma de apoio. Tabelas da Sunab, procedimentos para efetuar denúncias, prisão de tubarões etc., são notícias de interesse público e ao mesmo tempo um apoio concreto ao plano do governo, segundo ela.

O congelamento de preços e a participação popular têm sido um tema privilegiado em todos os jornais. Esse destaque não estaria sendo feito às custas de outros temas importantes (questão salarial, seguro-desemprego), com o propósito de manter aquecida a empolgação popular?

Carlos Chagas, diretor da sucursal de *O Estado de S. Paulo*, diz que o Estadão tem procurado analisar o pacote em todos os pontos e que o destaque dado à participação popular é consequência da grande mobilização e do interesse que notícias sobre esse tema despertam junto ao público. Segundo Chagas, a imprensa não cria uma situação real, ela apenas reflete a sociedade.

Falando pelo JB, Eliane reforça a posição de Chagas: "É impossível deixar de dar destaque a uma movimentação popular tão expressiva, mas o *Jornal do Brasil* tem dado espaço regular às entidades nacionais, representantes dos trabalhadores, como a CUT e a Conclat". O que ocorre, con-

tinua Eliane, "é que mesmo essas entidades, após algumas críticas iniciais, viram que não valia a pena ir contra uma medida de tanto apoio popular".

O jornalista Rubem de Azevedo Lima, da *Folha de S. Paulo*, expressa um ponto de vista diferente. Para ele, o comportamento da imprensa tem emocionalizado a discussão do pacote, enquanto deveria estar promovendo críticas racionais, pouco presentes nos jornais.

Ele ressalta ainda que em nenhum momento se sentiu pressionado a adotar posição favorável ao pacote, nos artigos que assina, mas mesmo a *Folha*, que tem a tradição de ser o mais crítico dos grandes jornais, apóia 90% do pacote e *O Globo*, continua Azevedo Lima, dá apoio total. "Não é papel da imprensa jogar areia nos olhos das pessoas", conclui o jornalista da *Folha*, "a emoção que estava latente na população e que a imprensa vem estimulando, pode ser perigosa se o povo se desludir".

O general Médici foi o primeiro presidente brasileiro a explorar a comunicação de massa. Tinha um assessor de Relações Públicas competentíssimo — o general Octávio Costa, ex-professor de RP no Departamento de Comunicação da UnB —, e uma estrutura que ia desde anúncios na TV até adesivos em vidros de carros. Quem não se lembra? "Brasil: Ame-o ou deixe-o". Nas paradas, o hit era "Eu te amo meu Brasil" com "Os Incríveis". Médici contava com impressionantes 80% de popularidade.

O presidente Sarney foi o segundo a utilizar com competência os meios de comunicação. Superou Médici em popularidade. E o mais fantástico: ainda nem fez milagre. Seus fiscais estão em todos os lugares (principalmente supermercados) e os slogans de 86 são: "Tem que dar certo", "Somos fiscais do presidente" e "Congela Brasil". Os fiscais de Sarney são a mesma classe média que acreditou no primeiro milagre. Tanto que a delegacia que mais recebe queixas na cidade é a da Asa Sul.

A Globo dá o seu aval

VINÍCIUS DORIA

Assim que as medidas foram decretadas, chegou na redação da Rede Globo uma circular do Sr. Roberto Marinho avisando aos funcionários que a emissora havia se engajado na luta pelo sucesso das medidas econômicas. Pedia aos funcionários que também participassem desta luta. A partir daí, a Globo suprimia de seus noticiários todas as críticas feitas ao pacote.

No caso da manifestação no Congresso, promovida principalmente por membros da Central Única dos Trabalhadores, CUT, a Globo fez a cobertura completa, inclusive ouvindo os ministros sobre as críticas que a central sindical fazia. No *Jornal Nacional*, porém a matéria limitou-se a registrar apenas o fato de que o Congresso reabriria em um ano de muitas mudanças. Mesmo as respostas dos ministros às críticas da CUT foram esquecidas.

Um dia antes, na sexta-feira, quando foram decretadas as novas medidas, a Globo promoveu um debate reunindo os ministros Dilson Funaro, João Sayad e Almir Pazzianotto. Perguntas poderiam ser feitas usando o telefone da redação, que ficaria à disposição dos telespectadores. Mas não foi isso que aconteceu. Segundo fontes dentro da própria emissora, todas as perguntas foram tiradas no Rio de Janeiro, sede da emissora, e nem mesmo os jornalistas da Globo de Brasília, onde acontecia o debate, puderam fazer intervenções. Não foi permitido pela emissora qualquer tipo de questionamento sobre salários, tema mais polêmico do pacote. Na única vez em que este

assunto foi abordado, por iniciativa pessoal do editor de economia da Globo e coordenador do debate, Paulo Henrique Amorim, a resposta do ministro Sayad foi lacônica e subjetiva: "Eu sei porque você está me perguntando isso..." Afinal, o dissídio da categoria dos jornalistas está marcado para abril.

Não se pode afirmar que há censura na Globo em relação às críticas ao pacote, mas que existe uma espécie de esquecimento intencional, isto é evidente. A única vez em que a emissora abriu espaço para discutir tais críticas, foi logo após o horário gratuito utilizado pelo PDT, em que o Governador Leonel Brizola detonou sua bateria de críticas principalmente em cima da questão salarial e da postura do Brasil diante da dívida externa. A emissora havia programado um especial com a economista do PMDB, Maria Conceição Tavares, justamente para rebater o governador. O que se viu foi uma defesa ferrenha do pacote, com apelos emocionais quando a economista chegou a chorar diante das câmeras pedindo ao povo que apoiasse as medidas e não se deixasse levar por tais opiniões. Esta cena foi repetida várias vezes, inclusive no programa de maior audiência da Globo aos domingos, o "Fantástico".

O espaço dado pelos telejornais da emissora às repercussões causadas pelas medidas é muito grande. Nos primeiros dias chegou a ocupar 80% dos noticiários. Nenhuma crítica, apenas elogios. A emissora vem sendo responsável pela mobilização da população em favor do pacote. E como curiosidade, fica o registro: o termo *pacote* está expressamente proibido de ser veiculado.



Os empresários dos meios de comunicação, mais que apoiar as medidas baixadas pelo governo, decidiram investir na *cruzada* contra a inflação apostando no sucesso do choque heterodoxo de normalização da economia.

Não pinta no vídeo

Cacilda Benevides



O pacote em discussão na UnB: três horas de debate sem consenso

Economês à parte...

CACILDA BENEVIDES

No clima de pré-euforia criado pela mídia, os críticos do pacote passam por antipatriotas porque destoam dos economistas do PMDB que se emocionam na televisão e dos próprios comentaristas econômicos que, desde o primeiro instante, não se cansam de dizer que o Plano de Estabilização Econômica é não só perfeito, como vai dar certo. Um destes grupos dos "contras" está bem aqui na Universidade. São alguns dos professores de Economia, e o professor Dércio Munhoz é o mais procurado.

Mas os professores do Departamento de Economia não formam um grupo coeso, "comandado" por Dércio Munhoz, como pode parecer. Há até aqueles que apóiam o pacote, sem no entanto serem defensores dele. Entre os dois extremos está, por exemplo, o professor Neantro Rivano, que acredita que o cálculo do salário médio aplicado pelo Governo é absolutamente correto. E julga o pacote tecnicamente perfeito. Ainda assim, faz parte do grupo que o critica. Em suas próprias palavras, "a bomba atômica

também é tecnicamente perfeita, mas não é boa".

Já o professor Jorge Nogueira, presidente do Conselho Regional de Economia, acredita na virtual perda nominal dos salários e na intenção do Governo de não adotar medidas econômicas de impacto com relação ao problema da dívida externa. Discorda de Rivano, que acha que o Governo pode estar estudando também um pacote externo. Porém, há um ponto no qual todos concordam: o papel tendencioso dos meios de comunicação. É quase uma unanimidade o reconhecimento da falta de uma postura crítica, principalmente nas grandes redes de televisão. Para o professor Rivano, a TV, mais claramente que os outros meios, saiu do seu papel de informar a população e nem chegou perto de informar a partir de uma postura crítica, como seria o ideal. E, como disse o professor Jorge Nogueira, os economistas choraram... Para ele, é irresponsável esta postura assumida por jornais, rádios, televisões e revistas. O povo está sendo le-

vado a fiscalizar e a ajudar em alguma coisa que ainda não entendeu. E isso é perigoso. "Quando as pessoas se derem conta de que há verdades ocultas no pacote, vão se sentir traídos. Nunca o FMI pediu para que se diminuíssem os salários nominais e isto foi feito".

O professor Munhoz também é de opinião que os meios de massa estão dirigindo a opinião pública. E quando se pensa que prisões ilegais estão sendo feitas e o ufanismo pode muito bem gerar o fascismo, chega-se à conclusão que ele tem toda a razão.

A UnB foi uma das primeiras a se sentir "traída". Afinal, a Editora Universidade de Brasília iria reajustar seus preços no dia primeiro de março. Com o congelamento, perdeu um bilhão de cruzeiros, ou melhor, um milhão de cruzados. E no debate realizado dia seis de março no auditório da Reitoria, entre os economistas da UnB e sindicalistas, chegou-se à conclusão de que todos saíram perdendo. Principalmente os professores e funcionários da Universidade, que tinham reajuste salarial em março.

Q

Sindicato sem espaço

CLAUDIO TOURINHO

Quando a imprensa emite, a maioria dos leitores recebe. Mas quando ela omite, poucos percebem. Foi este o caso do posicionamento da grande imprensa brasileira em relação ao pacote econômico. As críticas são omitidas, ou então, recebem um espaço muito restrito. O público, por sua vez, recebe uma mensagem já trabalhada, longe da neutralidade jornalística.

O DIEESE

(Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), criticam o pacote e sabem, mais do que ninguém, que suas observações são boicotadas pelos veículos de informação.

Na opinião de Márcio Pochmann, representante regional do DIEESE, não está havendo espaço na grande imprensa para críticas ao pacote. "A imprensa assumiu, nas primeiras semanas depois do Decreto, um papel parcial. Hoje não tem a repressão de 64, não há censura e o fechamento de jornais. Mas isto nem é preciso. A imprensa está dando todo o apoio às ações do Governo".

Pochmann sentiu na própria pele este boicote da imprensa. Ele concedeu entrevistas a alguns veículos de informação, que não foram divulgadas. No seu entender, elas não se tornaram públicas porque o Governo precisava de tempo para explicar o pacote à população sem a confusão que críticas poderiam provocar naquele momento.

O outro motivo que atrapalha a recepção do grande público é a lentidão dos meios utilizados pelos críticos. Quem está criticando, para Márcio, são pessoas identificadas com o movimento sindical e os instrumentos utilizados pelos sindicatos para levar informações às suas categorias são os boletins e as assembléias. "Este tipo de organização é mais lento que os veículos de informação de massa, além de ser restrito"

Além disso, a linguagem utilizada pelos economistas do Governo para explicar o pacote é de difícil acesso à maioria da população. "O que todo mundo nas ruas está sabendo é o básico, o essencial. Todo mundo sabe que os preços foram congelados, mas ninguém sabe se foi prejudicado ou não com a redução salarial. As idéias centrais do Decreto foram estrategicamente pensadas e didaticamente estruturadas. Formou-se uma barreira de contra-informação, só é divulgado o que interessa ao Governo".

O DIAP

A posição do DIAP quanto ao boicote que os meios de comunicação vêm desenvolvendo às críticas ao pacote do Governo é de surpresa. Para o seu secretário-geral, Geraldo Lima Bentes, "houve uma pressão por parte do Governo para que não saíssem nos noticiários matérias contrárias ao Decreto". Ele acha estranho o Governo baixar um Decreto para resolver o problema econômico do País, e ao mesmo tempo sentir seu plano como "um time de papel", em que qualquer crítica pode desabar a estrutura.

Quanto ao pacote como um todo, Geraldo o considera razoável. "No atacado ele é bom. No varejo, porém, deixa a desejar. O lado positivo, por exemplo, é que pela primeira vez o Governo toma uma posição contra a especulação dos banqueiros. Mas por outro lado, o que tem de negativo é que mais uma vez tirou da classe dos trabalhadores, que durante 20 anos teve seu salário achatado".

O Secretário-Geral do DIAP acha que todas as críticas precisam ser feitas e divulgadas. "Pelas críticas que fizemos contra a escala móvel, por exemplo, o Governo entendeu que o índice de 20 por cento está realmente muito alto, e que o texto estava mal redigido. A crítica valeu e fizeram a modificação. Todas as críticas que vierem a ser feitas poderão trazer melhoras para os trabalhadores".

Quem critica o "pacote do Sarney" e até considerado antipatriota, mas no debate realizado aqui na UnB alguns economistas advertiram contra a atuação acrítica e direcionada, que pode transformar ufanismo em fascismo.



O pacote na vida do rico e do pobre

O pacote econômico do Governo decretado no último dia 27 mexeu com a cabeça dos brasileiros. O congelamento dos preços espalhou um clima de euforia por todo o País. O Hino Nacional chegou a ser cantado até em supermercados. Todos com um só pensamento: pôr fim à especulação dos preços e tentar com todas as forças transformar o Brasil. Inflação nunca mais. Mas o bolo é maior do que se pensa. O Campus foi às ruas saber como o pacote chegou para famílias de níveis diferentes de vida. Nesta página, o pobre, o rico, e a classe média, em fase de extinção, falam de suas esperanças e frustrações em relação ao pacote. João Ávila, pioneiro na luta de defesa do consumidor, e Vera Santana, presidente da Associação das Donas-de-Casa de Brasília, também falam do pacote e dão outras informações.



Dona Antônia aderiu ao pacote econômico mais na base da resignação do que no entusiasmo



"O pacote é bastante audacioso, já era tempo de tomar uma medida definitiva"

Desinformação e conformismo

GUILHERME EVELIN

Antônia Isabel da Conceição, 58 anos, ganha cerca de 300 cruzados por mês lavando e passando roupa para famílias de classe média. Ela faz parte do imenso contingente de trabalhadores brasileiros que, vivendo de subempregos ou de "bicos", ganha o salário mínimo ou menos para sobreviver. D. Antônia, duas semanas depois de anunciado o novo programa econômico do Governo, ainda não sabe como essas medidas vão afetar o seu dia-a-dia. "Não sei se essas medidas vão melhorar a nossa situação", afirma, enquanto passa roupa na estreita sala da casa em que vive.

Residente na antiga invasão da Vila União, erradicada pela SHIS e implantada no Guara II, D. Antônia faz malabarismos para sustentar os dois filhos de 15 e 17 anos. Boa parte da sua renda vai embora no pagamento à SHIS, das mensalidades da pequena casa de quarto, sala e cozinha. As mensalidades equivalem a 10% do salário mínimo (agora de 804 cruzados) e a cerca de um quarto de tudo que ela ganha em um mês. Como autônoma, ela desconta ainda 115 mil cruzeiros por mês para o INPS.

Como a maior parte das famílias que moram na Vila União, D. Antônia não possui televisão e tem acesso restrito aos meios de informação. Ela confessa não conhecer o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, e só ficou sabendo do novo pacote econômico do Governo através do rádio e de conversas com os vizinhos. Incapaz de avaliar a extensão das novas medidas, a sua adesão se faz mais na base de resignação do que na do entusiasmo. "A gente só espera que o Governo tenha tomado a decisão certa", diz ela.

Embora acredite que o tabelamento dos preços vá funcionar, pois foi "o Governo Federal que decidiu", D. Antônia não se mostrava muito disposta a ser uma fiscal do presidente Sarney. Ela não tem ainda a tabela de preços, e sua grande preocupação era saber se a Cobal continuaria a vender os produtos básicos com preços abaixo da média.

Para o futuro, ela não faz tanta confiança no projeto de mudanças do Governo. Não acredita que ele traga modificações substanciais. Espera apenas receber a pensão do marido que morreu e acredita que se os filhos concluírem o 2º grau, eles vão poder enfim aspirar a melhores condições de vida.

Classe média tem esperança

CLÁUTENIS DELENE

Com o poder aquisitivo sensivelmente abalado, e considerando-se parte da "extinta classe média brasileira", a família de Kleber Paul Nery, médico patologista e coronel reformado do Exército, moradora do Lago Sul de Brasília, acha que só o futuro dirá se o pacote econômico baixado pelo presidente Jose Sarney é algo certo ou não, mas, à primeira vista, acredita ser o pacote a redenção do País.

Com uma condição de vida ainda boa, morando numa casa confortável e espaçosa, num lugar privilegiado da cidade, a família de Kleber vem a cada ano sentindo, como toda a classe média brasileira, seu poder aquisitivo despencar, e dá como ilustração o fato de não poder, como antes, trocar de carro todos os anos. "O pacote é bastante audacioso, mas já não era sem tempo de tomar uma medida definitiva, e parar de continuar apenas com os paliativos de antes. Agora é possível planejar o futuro, pois pode-se raciocinar sem o fantasma da inflação", afirmou Kleber.

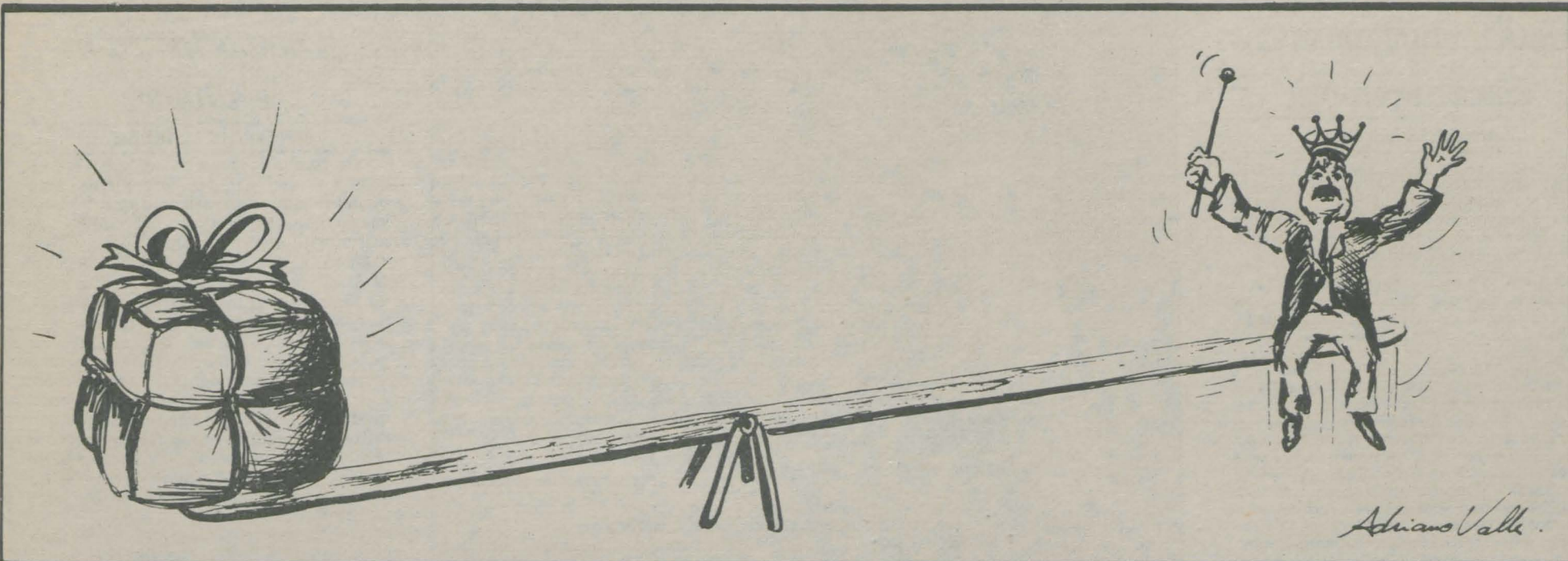
A esposa de Kleber, Doralice, médica laboratorista, já está sentindo as medidas econômicas em sua casa, e deu como exemplo a aquisição de um aspirador de pó que há um mês atrás havia desistido de adquirir e que acabou de comprar devido à redução de seu preço. Toda a família está no esquema de vigilância, e acredita que o povo não irá relaxar, pois, segundo Kleber, essas medidas tocam diretamente no bolso e na barriga do povo, além de que há o respaldo do próprio Presidente da República, transformando o povo realmente em agente de sua história, em participante da vida do seu País. "Os comerciantes que não se iludam, pensando que daqui a alguns meses o brasileiro largará tudo à revelia, pois isso não ocorrerá", acredita Kleber.

Apesar de estarem conscientes de que haverá perdas salariais, Dora e Kleber preferem a perda de agora ao achatamento salarial que estava ocorrendo, e "o sacrifício é algo inerente ao pacote", segundo Dora. A maior vibração de Kleber foi quanto ao fato das especulações tenderem a acabar, das pessoas passarem, fatalmente, a investir o seu dinheiro em coisas palpáveis, e não só ficarem ganhando dinheiro através do dinheiro.

Para Pedro, 21 anos, estudante, filho do casal, "o bonito disso tudo é a manifestação patriótica, o povo invadindo supermercados, lutando pelos seus direitos com a ajuda do governo. O pacote está beneficiando minha família, somente as pessoas que ficavam especulando no mercado de capital é que não devem estar gostando muito".



As famílias, em seu cotidiano, começam sentir os efeitos do pacote econômico. Com entusiasmo, cautela ou preocupação cada um faz sua análise.



Especulação em baixa

SHIRLENE COSTA

José Silva, 46 anos, casado, funcionário público, residente na 703 Sul, pai de uma moça de 19 anos, estudante da UnB e de um rapaz de 16 anos, que cursa o segundo ano no Colégio Objetivo, foi um grande investidor no mercado financeiro, antes do pacote econômico. Atualmente sua política é outra: "No meu caso comprarei bens imóveis e tenho a impressão de que os empresários irão expandir suas empresas, ou enviar recursos para serem aplicados no exterior, investindo em um mercado sólido".

"José Silva" é um nome fictício, pois ele não quis se identificar. Em uma missão que desempenhou fora do País, José acumulou certa quantia em dólar. Em janeiro do ano passado, retornando ao Brasil, cambiou parte do seu capital em cruzeiro e começou a aplicar no mercado.

A primeira escolha foi o "over-night", pelo saque ser diário e imediato, fundamental para quem estava se instalando no País. Neste tipo de investimento, percebeu que as taxas eram manipuladas pelos banqueiros tentando atrair o aplicador. Nos feriados e fins de semana elas caíam mantendo-se mais ou menos estáveis nos dias úteis. Para ele, a facilidade do saque aumenta as necessidades superfluas da família. Sentindo a descapitalização constante, aplicou parte do dinheiro a prazo fixo por seis meses e comprou o ágio de um imóvel.

Caderneta de poupança nunca foi a sua meta, por ser baseada em uma inflação fictícia e os juros e correção monetária só serem creditados integralmente após trinta dias. O Governo nunca estabeleceu uma política de incentivo ao grande poupador, garantindo somente 2.800 UPCs. A caderneta só é popular porque aceita qualquer quantia, o que não acontece com os outros investimentos.

Para José, o pacote econômico do Governo ainda não conseguiu colocar a poupança no rol das grandes aplicações. Como os juros bancários não foram tabelados, os CDBs e títulos de renda fixa, onde as taxas podem ser negociadas, são mais compensadores.

A aplicação em dólar ainda é segura. O investidor pode não ter lucro, mas também não perderá. "Essa segurança só será afetada quando estourar a economia dos Estados Unidos, o que considero praticamente impossível. O ouro e o dólar nunca vão cair totalmente, por serem nivelados no mercado internacional. So vai perder quem comprou dólar na euforia dos Cr\$ 20.000. Os outros investidores neste mercado continuam bem. Pode até tabelar o dólar no Brasil, equiparar a moeda, que ele será vendido para outros países".

Aplicar na Bolsa de Valores neste período é apenas ilusão. Na segunda-feira, dia 3, ela teve uma alta desenfreada. Agora está caindo até chegar a um determinado patamar e estabilizar, sem grandes alterações.

O grande problema é acreditar nas medidas, já que são temporárias e paleativas. "Eu gostaria que desse certo. Perdi dinheiro, mas a especulação tinha que acabar. So acho que o pacote deveria ter diretrizes mais definidas. Foi a última cartada do Presidente José Sarney; ou ele implantava o pacote neste momento, ou entregava o Governo aos militares. Vamos torcer para dar certo, afinal somos todos brasileiros".

Chegou a hora de protestar

FÁBIO GUIMARÃES

"Quem não vive para servir, não serve para viver". Foi pensando dessa maneira que o funcionário do Ministério da Agricultura João Ávila da Silva começou a se dar conta da importância de colocar a boca no trombone quando se vê lesado de alguma forma. O seu primeiro contratempo aconteceu há alguns anos atrás, quando, ao comprar uma pequena peça para um aparelho de dentista de sua irmã, viu-se na obrigação de pagar uma taxa a mais para ter a peça instalada. A partir daí, foram muitas e muitas denúncias contra aqueles que de uma maneira

ou de outra tentavam violar os seus direitos. Com o pacote econômico do Governo veio o congelamento, mas Ávila alerta para o seguinte detalhe: a fiscalização dos preços é apenas uma gota dentro desse oceano de abusos contra o consumidor.

Para ele, o momento é de muita cautela, pois se os produtos estão com os seus preços tabelados, vão existir, e muito, aqueles que tentaram obter maior lucro de outras maneiras. "É como comprimir gases, deixou um burquinho e ele vai embora", ressaltou. A qualidade dos produtos é algo que deve ser bem examinado, pois é provável

que algumas pessoas passem a vender, daqui por diante, "gato por lebre". Maneiras de se enganar o consumidor existem muitas, e foi para mostrar tais técnicas que no começo deste ano João Ávila organizou a primeira feira da fraude de Brasília.

"É hora das pessoas começarem a reclamar e exigir os seus direitos. O povo foi sempre levado a saber os seus deveres (lembrem-se das aulas de Educação Moral e Cívica?, mas e quanto aos direitos do cidadão? Segundo Ávila, nós ainda estamos na fase "de trocar ouro bom por miçanga", isto é, renegamos os nossos direitos como se deles não precisássemos.

Um exemplo disso é a própria Sunab, que para ela é um dos órgãos mais poderosos deste País, mas que no entanto nunca se mostrou eficaz no combate à especulação comercial.

"É preciso ficar de olho nos malandros". Segundo João Ávila da Silva, agora é a hora de se conscientizar, pois se antes tudo era culpa da inflação, agora não tem mais para onde correr, "burlou a lei a gente vai e pega". O povo brasileiro começa a sair do casulo e pôr as asinhas de fora. Mas é preciso muito mais. Fiscalizar os preços dos produtos é apenas um passo, mas adquirir realmente todos os nossos direitos é uma luta ainda maior".

Um comando para fiscalizar preços

CLAUDIA MOEMA

A Presidnete da Associação das Donas-de-Casa de Brasília, Vera Santana, anunciou a criação de um comando para fiscalizar diariamente os preços dos produtos congelados. Trata-se de um grupo de donas-de-casa que verifica, todos os dias, o cumprimento dos preços por parte dos diversos estabelecimentos comerciais, no Plano Piloto e cidades-satélites. A idéia inicial é que sejam visitados oito estabelecimentos por dia.

O Comando das Donas-de-Casa foi criado durante uma reunião realizada pela Associação, logo após a divulgação das novas medidas econômicas. Com a presença de 50 donas-de-casa, a associação resolveu dar apoio total e irrestrito ao pacote econômico do governo. Vera Santana considera

as novas medidas do governo o fato mais importante dos últimos 20 anos no Brasil, depois das Diretas-Já. Segundo ela, depois de "toda essa festa que foram as diretas, com o povo pedindo mudanças, eu acho que o mais importante que aconteceu no País foi essa coragem de se tabelar tudo".

Euforia

Muito eufórica, Vera Santana não esconde sua satisfação com as novas medidas, especialmente quanto ao congelamento de preços. "Nós vínhamos reivindicando isso desde 1980, pedindo o congelamento de preços de produtos básicos. Surpreendentemente, o governo congelou tudo, então para nós, donas-de-casa brasileiras, o congelamento foi uma grande vitória", afirma a presidente da associação, acrescentando que essa

também é a opinião de todas as donas-de-casa com quem tem mantido contato.

Aliás, esse foi o único aspecto do pacote analisado pelas donas-de-casa — o congelamento de preços. A questão dos salários, por exemplo, não foi discutida pelo grupo, pois segundo Vera Santana, "nós não temos gabarito para analisar o aspecto salarial". Por outro lado, na opinião de algumas "dona-de-casa que têm mais algum conhecimento", mesmo que haja uma defasagem, só o fato de que com um mesmo salário pode-se "pagar as contas e fazer as compras de mercado", já se trata de uma vantagem.

A Associação das Donas de Casa de Brasília vem mantendo contato com outros estados e num ponto todas concordam — a lista divulgada pela Sunab na primeira semana do pacote

foi falha, especialmente pela ausência de produtos hortigranjeiros. Outra reclamação das donas-de-casa é quanto ao tabelamento de muitos produtos que tiveram seus preços acima dos que já vinham sendo praticados pelo mercado.

Vera Santana reconhece que o trabalho do comando vem acontecendo de forma lenta por total falta de tempo mas, na medida do possível, a associação vem prestando informações aos consumidores numa média de 30 telefonemas diários. Segundo ela, o comando vai continuar fiscalizando não só a nível de preços como na qualidade dos produtos. "O comando vai existir até que os supermercados trabalhem dentro das tabelas tranquilamente e o mercado abastecido normalmente", garante Vera Santana.

"Mesmo havendo uma defasagem nos salários, só o fato de podermos planejar o orçamento, já que os preços estão congelados, é uma vantagem" Vera Santana



Uma linguagem mais clara e acessível

AMNERES PEREIRA

Finalmente cai a máscara do discurso oficial. "Esse desnudamento da linguagem do Poder reflete o fim do predomínio tecnocrático que vigorou até o Governo Figueiredo", afirma o professor Antonio Salles Filho, do Departamento de Letras e Linguística da UnB.

O discurso é como que uma radiografia da Sociedade, algo que lhe reflete a alma, as intenções ocultas e o seu poder é capaz de façanhas como a que está levando o povo às ruas, para controlar preços de produtos, em todas as cidades do País. Segundo Salles Filho, nesse ano de Tecnocracia Absoluta, todas as ciências foram marcadas por um vocabulário impressionista. "A crítica literária era escrita em termos que só os iniciados da seita conseguiam compreender, na Linguística, assistia-se a uma desvalorização de nossa tradição gramatical em função de teorias estrangeiras da Linguagem, os Chomskys da vida, e na Economia imperava o economês. Qualquer medida era anunciada pelo Governo e debatida pelos técnicos nessa linguagem particular, incompreensível ao grande público. Uma linguagem deliberadamente técnica que somente servia à manutenção da ordem e do regime. A filosofia em moda era o pra que simplificar se podemos complicar? Era a cefaleia em lugar da dor-de-cabeça, o impressionismo levado às últimas consequências linguísticas".

Para o professor, o que se vê agora com o pacote é uma substituição do economês por uma linguagem mais clara e acessível e o resultado é que o texto sensibilizou a população que o compreendeu e dispôs-se a cooperar. Ou seja, de um discurso deliberadamente impressionista, passa-se a um deliberadamente realista, isto porque agora o apoio popular não só interessa como é fundamental ao êxito das medidas.

Um telefone da Sunab nas tribos indígenas

JOÃO ANDERSON

"Vão colocar um telefone da Sunab nas tribos indígenas"? Indagou o professor de Antropologia da UnB, Julio Cezar Mellatti, ao ser perguntado sobre o pacote. Mellatti acha cedo para se fazer um prognóstico das medidas econômicas no comportamento da população.

Mellatti acredita que se os índios puderem reclamar dos abusos dos regatões — comerciantes clandestinos de madeira, peles, borraça — que os pagam com especiarias, farinha, cachaça e pequenas ferramentas, teremos um avanço socio-cultural. Porém, "o braço do Governo é muito curto para alcançar a Amazônia".

Para Mellatti, o povo não está livre, "fiscalizar não é um ato de interação social e liberdade. O mesmo Presidente que pede para fiscalizar, faz ainda uso da censura". Na opinião do professor o povo está sendo utilizado, participa porque se não o fizer sairá perdendo. "Não há avanço na relação povo-governo. Esta participação não é espontânea, é imposta". Até porque as relações socio-culturais não podem ser determinadas por decisões de governantes, elas são muito mais do que isso, afirma Mellatti.

Já a professora de Antropologia da UnB, Alcida Rita Ramos, a mobilização é muito positiva, será um treinamento para manifestações em momentos políticos importantes.

E Orlando Pilati, Antropólogo do Ministério da Educação, não vê muita relação da atual mobilização popular com o pacote. Para ele, o povo está ficando consciente e logo perceberá que sua situação de penúria, não é só por causa da inflação, mas da própria estratificação social, que o pacote mantém congelada.

Segundo Pilati essa força popular deveria ser canalizada para as políticas de saúde, habitação, educação e cultura.



Pacote e Cultura:

Os pontos de vista

Já não basta o jeitinho brasileiro

ANA TERESA SERPA

Para o professor de História da UnB, Francisco Pinto Cabral, a explicação do pacote, do ponto de vista de um contexto histórico, começa por uma análise da inflação. Segundo ele, ela teve início, de fato, "quando Portugal exigiu em troca do reconhecimento da Independência, que o Brasil assumisse as dívidas que tinha com a Inglaterra. E prosseguiu com o nosso primeiro pedido de empréstimo a nível internacional.

O Brasil com a sua potencialidade não precisava pedir dinheiro emprestado a ninguém. "Os estrangeiros, continua ele, sempre tentaram se aproveitar da nossa ingenuidade. Mas eles sempre acreditaram mais em nós do que nós mesmos".

Com relação à influência das grandes guerras, houve uma impulsão da nossa economia, pois substituímos as importações pela produção nacional. Depois da Segunda Guerra, inclusive, tínhamos um superavit comercial muito grande. Os EUA, por exemplo, como nossos devedores, pagaram em bugigangas de plástico em vez de dinheiro ou créditos", explica Cabral.

O novo consumidor brasileiro

MARTA F. MENEZES

Mais rápido que o Super-Homem e mais poderoso que o He-Man, so mesmo o superpacote econômico anunciado pelo governo, que erradicou, em apenas 24 horas, duas marcas registradas do consumidor brasileiro: passividade e acanhamento. Totalmente dopado por mais de vinte anos de especulação, renasceu da noite para o dia um novo consumidor, ativo, crítico, severo defensor de seus direitos.

Para o publicitário Joel Alves, gerente da MPM Propaganda em Brasília, esta mudança radical de comportamento deve-se principal-

Na verdade, o que mais contribuiu para o crescimento desgovernado da inflação, no período recente da História, e que acabou levando o Governo a tomar uma postura mais drástica diante do problema, "foi a influência estrangeira na expansão do crédito; nas compras a perder de vista, lembra ele. As Multinacionais trouxeram a tecnologia, geraram empregos, mas levaram o dinheiro e sangraram a economia brasileira, contribuindo para a evasão da nossa moeda".

"Estamos abandonando, finalmente a ideia de que não precisamos fazer força para nada, de que basta o jeitinho brasileiro. Estamos nos educando política e comunitariamente — pioneirismo na história do País. Vai mudar a nossa mentalidade".

"Enquanto estivermos com esse entusiasmo de fiscal, a coisa vai funcionar. Os meios de comunicação, podem manter esse estado de motivação. Cabral se mostra otimista: "Estamos afundados em dívidas, até a cabeça, mas o saldo, positivo e histórico, é a conscientização. O povo compreendeu que tem o dever da fiscalização e direito de exercê-la, e, ainda, o dever responsável da colaboração".

mente à extinção da correção monetária, fator que possibilitou a volta da estabilidade econômica.

Assim, "uma vez que o consumidor pode adiar a compra, já que seu poder aquisitivo permanece estável, ele passa a dar mais valor ao seu dinheiro, a diminuir suas compras por impulsos e a refletir mais sobre o que vai adquirir", explica Joel.

Consequentemente, num sistema economicamente estável, ao dispor de mais tempo para avaliar melhor o que comprar e onde fazê-lo, o consumidor estará acirrando a concorrência. "E onde há concorrência", lembra Joel, "o consumidor é o grande beneficiado".

Comportamentos e atitudes

NEVINHO ALARCÃO

Do ponto de vista psicológico, com o pacote econômico, ocorreram dois tipos de mudança: na maneira de agir das pessoas (comportamento) e uma mudança de atitude, "que é um fenômeno mais a nível interno". Para a professora Maria Alice D'Amorim — coordenadora de Mestrado do Departamento de Psicologia da UnB, ao congelar os preços, o Governo esperava uma mudança de comportamento da população, que efetivamente travou uma verdadeira guerra contra a remarcação. Isso levou, segundo a professora, a uma mudança de atitude em relação aos direitos do cidadão. "Isso dá ao povo um sentimento do seu próprio valor, ele fala e alguém ouve". Neste ponto a professora Maria Alice aposta numa postura mais favorável ao Governo.

Noutro ponto, o Governo espera uma alteração nas aplicações financeiras da especulação para produção. A equação aqui, porém, se inverte: é preciso primeiro quebrar a atitude especulativa, cristalizada nos últimos anos. Só então, haverá um emprego do dinheiro em atividades produtivas, que seria um comportamento. Sobre essa questão, aliás, a grande imprensa noticiou que um filho de um ministro teria lhe dito que quando crescesse iria "viver de rendas".

No caso do programa do Governo não dar certo, a professora Maria Alice D'Amorim prefere não arriscar qualquer prognóstico, limitando-se a prever uma certa frustração se o Governo vier a mudar de linha, rumo ao descongelamento dos preços.

O mito do brasileiro cordial

ALESSANDRO GALVÃO

"Antes, se um consumidor denunciava-se um comerciante desonesto, além de não conseguir com isso nenhum resultado concreto, levaria ainda a fama de dedurado: sempre foi cobrado do consumidor o estereótipo do brasileiro, isto é, um indivíduo não-combativo, cordial, acomodado perante as situações".

Segundo a socióloga Ana Maria da Costa Souza, professora na Universidade Católica, "a campanha pelas Diretas-Já havia anteriormente mostrado a força crescente da Opinião Pública, e sua capacidade de mobilização, que ressurgira dos anos de repressão através das associações de moradores, de donas-de-casa e de "menorias" em geral".

Apesar disso, o estereótipo do povo brasileiro como não-participativo era um dos principais argumentos dos que apostavam na inviabilidade brasileira de um plano como o israelense ou o argentino: afinal de contas, os brasileiros, por autotopreconceito, não se acham um povo sério".

"Essa ideia do povo brasileiro passivo e bonachão é fruto de uma grande ignorância de nossa história: no início do século os anarquistas já provocavam greves gerais em São Paulo, a despeito da inexistência de sindicatos. Se o povo não reivindicava com mais força seus direitos em certos períodos históricos não é por causa de nosso "caráter nacional indolente", e sim por uma questão de bom senso — não vale a pena se submeter a ritos e burocracias sociais quando se sabe que instituições como a justiça, a polícia ou a política não são confiáveis".



A Editoria de Cultura perguntou a especialistas de diversas áreas (Sociologia, História, Psicologia, Linguística, Antropologia, Publicidade e Fotografia), suas opiniões sobre o pacote. As respostas ficaram entre a análise científica e as opiniões pessoais. O resultado está aí para ser conferido.